

PREÂMBULO

POSICIONAMENTO DO CIDADÃO E LITERATURA

“A literatura é menos uma questão da história literária do que uma questão do povo e nisso ela é seguramente, embora não totalmente, suprimida”

(Franz Kafka)

O cidadão que, acaso, questiona ou se opõe a ações prepotentes do Estado, por mais absurdas sejam estas, é taxado de rebelde, subversivo e se o assunto está relacionado ao campo da saúde ou higiene, ei-lo cognominado de negligente, antiprogredista, desleixado, como se portador da síndrome ou etiologia de Diógenes.

A literatura trata de temas e personagens em si significativas, exibindo a face sinistra, atroz do Estado e de seus mandatários, que se utilizam de toda sorte de violência, seja de ordem “legal”, física, psicológica, publicitária. Na obra “O outono de um patriarca”, de Gabriel Garcia Marquez, o personagem (ditador) explora, preda e menospreza sua terra. Para ele, a pátria é um negócio, algo a ser utilizado para fins pessoais e personalistas, o que chamamos patrimonialismo. Não há a noção de pertencimento, mas apenas de relações interesseiras, onde a memória oficial do País é totalmente desconstruída.

Na obra “Os tambores silenciosos” de Josué Guimarães, vamos encontrar o personagem Cel. João Cândido Braga Jardim, um prefeito caricato, que deseja transformar a cidade de Lagoa Branca em uma “ilha da tranquilidade e da legalidade”, isolando os moradores, para tanto, das “notícias ruins da Capital” que ali chegam através de jornais e rádios e que segundo o mandatário, trazem desassossego e devassidão. Proíbe, assim, a circulação de jornais, a posse de aparelhos de rádio, mandando prender e torturar pessoas, acaso pegas até mesmo com jornais velhos ou burlando as normas oficiais escutando marchinhas de carnaval, algo proibido pelo decreto municipal. A alegoria do despotismo governamental, da verdade absolutista, beirando ao grotesco, ao insólito. No romance “Ninguém nasce herói” de Eric Novello, cujo enredo se passa sob regime totalitário, dominado por milicianos, o simples ato de distribuir livros na rua era visto como rebeldia e subversão.

O Estado nos trata como autômatos, incipientes intelectualmente, como nas peças de Samuel Beckett em que as coisas não são ditas por inteiro e sim fracionadas, os personagens ou contextos não aparecem como na obra “Esperando Godot”. São cortinas ou máscaras envolvendo os atos e laços entre o indivíduo espectador e o Estado predador. “O autoritarismo, como forma de dominação política, encontra respaldo em sociedades com pouca ou nenhuma experiência de participação, organização e divergências políticas (...) Tudo se dá a partir da idéia de que todo o povo é naturalmente fraco e carece de proteção eficaz do governo” (Volnyr Santos, 1997)

Nascer e fluir

Num lugar do universo conhecido como “Planeta Água”, só 0,02% dela está disponível e próprio para consumo. Exatamente por isso, 40% da população mundial não tem acesso ao recurso para atividades tão simples quanto lavar as mãos. Menos ainda para beber. A pauta da preservação, portanto, precisa passar pela questão hídrica e ela começa justamente “na fonte”, isto é, no cuidado com minas (ou olhos d’água). Nesta edição, falamos sobre o assunto.

Pág. 3

Lendas Natalinas

Você com certeza conhece a história do menino que nasceu em uma manjedoura e foi visitado por três Reis Magos. A Bíblia a conta, a sociedade a reconta. Mas fora das entrelinhas publicadas no Livro Sagrado há outros relatos. Por que a Virgem Maria não sorriu ao receber os presentes dos visitantes? Quem foi o quarto homem a chegar, logo depois, de mãos vazias? Lendas que ultrapassam gerações respondem essas perguntas.

Pág. 5

Crianças Verdes?

“No século 12, no vilarejo de Woolpit em Suffolk, na Inglaterra, duas crianças de aparência verde foram encontradas na saída de um dos fossos da região por moradores que faziam a colheita de suas plantações. As crianças, um garoto e uma menina, não falavam uma palavra em inglês e se comunicavam com uma linguagem desconhecida. A lenda conta que os dois foram levados para a casa de um morador, Richard de Calne, que se responsabilizou por cuidar deles”.

Pág. 11

A Lei do Cooperativismo

“Em 16 de dezembro de 1971, em pleno regime militar, era promulgada a Lei nº 5764/71 que definia a política nacional do Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Um marco em nossa história cooperativista! Negligenciado por muitos setores da sociedade, inclusive nos meios político, econômico e acadêmico, com escassa a publicação de obras sobre o movimento, o Cooperativismo vê recrudescido, nos últimos tempos, o interesse geral a seu respeito em todo o mundo, dada a sua filosofia desenvolvimentista, humanista, social e economicamente incluyente”.

Pág. 14



ADIVINHAS

1. O que a esfera disse para o cubo?
2. O que é, o que é? É um pássaro brasileiro e seu nome de trás para frente é igual?
3. Eu pertencço ao mês de dezembro, e não a qualquer outro mês. Eu não sou um feriado. O que eu sou?
4. A é irmão de B
B é irmão de C
C é a mãe de D
Qual é o parentesco entre D e A?

1- Deixa de ser quadrado; 2- Arara; 3- A letra D porque nenhum outro mês tem essa letra; 4- A é o tio de D

Provérbios e Adágios

- A fome é a melhor cozinheira
- A pensar morreu um burro
- De pequenino é que se torce o pepino
- Na necessidade que se conhece o amigo



Para refletir

- “A vida é um risco, mas não a viver com intensidade é algo ainda mais perigoso”
- “Ao fazer o bem não esperem que as pessoas retribuam ou façam igual. Mas espere sim que um dia, quando você menos esperar, o bem volte para você, pois a vida é assim. Aqui se faz aqui se paga.”
- “A capacidade de se colocar no lugar do outro é uma das funções mais importantes da inteligência. Demonstra a maturidade do ser humano” (Augusto Cury)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Colaboração: Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Davy Antonio Silva Reis

Revisão: Fábio Antonio Caputo e Sandra Regina Almeida Caputo

Jornalista Responsável: Marcus Santiago – MTB 19.262/MG

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO

APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Tel.: (32) 3376-1286

AO PÉ DA FOGUEIRA TURCO TOBIAS

Turco Tobias era prestimoso, agradável no trato – pessoa da cozinha, é o que se dizia, em todas as casas, léguas ao redor.

Aparecera ainda menino em fins do século XIX em companhia de uns turcos mascates que passaram vendendo toda sorte de quinquilharias pela região. Um dia arribaram, deixando o menino.

Tobias permaneceu por ali, primeiramente no Córrego Fundo, depois na Fazenda Rio do Peixe prestando os mais humildes serviços aos moradores. Sempre correto, dedicado, de absoluta confiança e honestidade, assim cresceu, tornando-se adulto.

Vida de estradeiro, um leva e traz de encomendas, mil passadas entre fazendas, arraiais. Tinha dificuldades no uso da língua, as quais misturava com expressões estrangeiras (árabe).

Ora, ocorreu, aí pelos inícios do novo século à meia voz, a língua do povo assoprando por todos os lados, que D^a Constância, fazendeira rica, viúva da região, estava se portando de maneira livre, desabrida, porteiros abertas, não condizente com os princípios morais e religiosos da época.

Ferida em sua dignidade e honradez, a ilustre fazendeira ajuizou rumorosa ação contra os seus pretensos difamadores, nomeando o Turco Tobias como seu principal algoz.

Eis Turco Tobias preso, ferreamente manietado, conduzido por soldados ao longo do “caminho de Santa Rita”, espancamentos vis trajeto afora.

A comitiva – chegando ao entardecer à Fazenda Mato Dentro – solicita abrigo. O proprietário Cel. Chico de Paula, reconhecendo Tobias e inteirando-se da situação, promove dura reprimenda aos soldados, concedendo acolhida somente após serem retiradas as algemas e pensadas as feridas do prisioneiro. Manhã seguinte, seguem para Tiradentes, onde Turco Tobias permaneceria preso até o julgamento.

Interrogado, em seguidas audiências, o acusado ao ser interpelado tergiversa, tartamudeia e faz-se de surdo, amnésico, utilizando linguagem incompreensível, diz nada entender, não saber onde está, por que está ali, desconhecendo a tudo e a todas as acusações.

Imagem viva, teatralizada, por vezes demenciada ante a chusma de acusações vindas dos advogados da fazendeira e promotoria.

As tantas, inquirido um vez mais, o acusado – fisionomia aparvalhada, olhar esgazeado, volta-se para o meretíssimo:

- São Doutô juiz, a bem da verdade Turco Tobias nada sabe, nada entende, nada falou, nem mesmo se esta tal D^a Constância é homem ou mulher...

Hilaridade por todo o plenário. Um espanto só. O magistrado determina a imediata soltura do acusado, censurando a reclamante por ocupar-se e a justiça com “conversas de incapaz”.



O Sr. Antônio Pinto de Oliveira (1905 – 1987), proprietário da fazenda Rio do Peixe narra um fato peculiar envolvendo Tobias Turco, ocorrido na década de 1930.

Tendo o proprietário se ausentado por algum tempo da sede (fora buscar algumas reses numa propriedade próxima) ao retornar, encontrara Tobias furioso, descontrolado, se altercando com outro homem de apelido Manteigueiro, dizendo que fora vítima de tentativa de assassinato. Tobias que gostava de negociar e manusear armas, exibia uma bereta alemã que, segundo ele, Antônio Manteigueiro – então jovem e que vagava pelas estradas e fazendas da região – se apossara e inexperiente no manejo passara a atirar, indiscriminadamente em direção a Tobias, e por pouco não o matando (O projétil passara raspando a cabeça de Tobias).

Aos prantos e com visível pavor, dizia:

- Manteigueiro quis matar Tobias...

Realização:



Apoio:





NASCENTES E FONTES URBANAS

Embora existia a exigência legal de inventariamento e preservação das nascentes urbanas, a Municipalidade praticamente nada fez até os dias atuais. São 72 anos de emancipação político-administrativa e 33 anos de vigência da atual Constituição Federal, tempo suficiente para se fazer alguma coisa. Dessa forma, as nascentes, no âmbito do perímetro urbano, desaparecem a olhos vistos. E PIOR, INCRÍVEL: várias delas, em especial antigas fontes e chafarizes, cercada e apropriadas por particulares, obviamente com a inércia – provável cumplicidade, prevaricação em alguns casos – do Poder Público. Ora, para que cuidar, zelar pelo patrimônio público?! Melhor doar, não?!

Os loteamentos são igualmente causadores das mortes de nossos mananciais – vejam-se exemplos à vista de todos. Áreas antigamente preservadas como “olhos d’água”, nascentes, fontes, e-las transformadas em lotes, casas residenciais, abrigando até prédios... Córregos urbanos são aterrados (Catimbau, Córrego do Mateus etc.) correndo-se riscos de, em casos de temporais e “cabeças d’água” (a exemplo do que ocorrem em represas ou barragens) – provocarem inundações a jusante e ai do que se estiver abaixo...

Outro fato gravíssimo: alguns loteamentos não estão reservando devidamente as áreas viárias para jardins, parques, centros de saúde, escolas e de interesse socioambiental (áreas de lazer, APP etc.). É o que se comenta. Um prejuízo incalculável para a sociedade e as gerações do futuro. Quem fiscaliza? Quem aprova? Onde o poder legislativo? O Ministério Público?

Certo loteamento, nos fundos do Estádio “Geraldo Caputo” (Estádio do Cruzeiro E.C), por força de enxurradas e enchentes, assoreou grande extensão do Córrego da Saepca, bem como o antigo “Poço do Sô Olímpio”, ponto de lazer local e frequentado, durante gerações, por moradores.

Onde – e como estarão – as antigas fontes do Onça, Pavuna, Catimbau, Buraco, Fonte de Fora, Fonte do Cavalo do Padre, Fontinha e tantas outras que eram um patrimônio histórico da cidade?! O gato comeu, eis a triste realidade...

Ao invés de urbanizar, de cumprir seu papel legal, o Poder Público faz vista grossa, “doando” ou permitindo que patrimônio público – no caso antigas fontes, chafarizes, nascentes urbanas -passem indevidamente a terceiros...Autoriza a demolição de antigos casebres, favelizando-se a cidade horizontal e verticalmente. As poucas árvores ainda remanescentes do perímetro urbano lançadas, a todo momento, ao chão e com autorização de órgãos técnicos oficiais. Perdemos, com isso, nossa história, nossa identidade, nossa memória, qualidade de vida. E ainda têm o desprazer de se falar em cidade turística...

A legislação no Brasil, em muitas situações, é letra morta. Formalidades, por vezes literalmente descumpridas pelas próprias autoridades, aliada à pouca conscientização de parte de nossa sociedade. Inércia que vem sendo, todavia, combatida, modificada pois a consciência ecológica é hoje preocupação de nossos empresários, nossos educadores e principalmente das novas gerações. Em todo o mundo, surgem movimentos que exigem a preservação ambiental e o combate aos crimes contra o clima e a natureza.

Art. 188 da Lei Orgânica Municipal – O município deverá promover a cobertura vegetal com espécies ornamentais, rasteiras e arbóreas das margens dos cursos d’água que cortam o perímetro urbano do município.

O art. 185 prevê, outrossim, a preservação da cobertura vegetal e proteção de encostas, nascentes e cursos d’água, implantação de parques naturais e unidades de conservação ambiental, de projetos florestais de proteção e preservação de ecossistemas...

Dizer mais o quê? Fazer o quê? Como explicar à posteridade? Afinal, estamos lidando, há décadas, com autoridades e parte da sociedade insensíveis, inertes na defesa do meio ambiente e da memória local, com imenso prejuízo para o patrimônio natural e histórico da comunidade e em especial para as próximas gerações.

“Uma cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória” (Leandro Silva Telles)

LENDAS DE NATAL

As lendas de Natal são tão antigas quanto o Evangelho. Não passam de lendas, mas tocam diretamente o espírito da infância — que não é espírito infantil — oculto no fundo do coração de todo homem, deixando-o maravilhado. Porque o homem sempre sonha com aquilo que ama.

A Natividade costuma estar no centro dessas histórias em que toda a Natureza, homens e animais, terra e céu, se põem a caminho, numa lenta procissão em que oferecem todas as suas riquezas. Àquele que quis nascer pobre.

Nesse cortejo, vêm em destaque os três sábios do Oriente, os Rei Magos, aos quais a tradição atribuiu os nomes de Gaspar, portador do ouro, Melquior, ajoelhado ao

lado do incenso, e Baltasar, de rosto de ébano, que oferece a mirra, sem dívida colhida no sopé do Sinai. Ora, era uma vez...

☞ quarto viajante

CONTA uma antiga lenda que, quando os três santos reis depositaram seus presentes diante do menino e de sua mãe, ele não quis sorrir. Maria escondera a mirra nas pregas do seu véu, pois já via aquela planta amarga banhada no vinho que ela haveria de estender ao filho suspenso na cruz para aplacar a sua sede. E incomodada também por ver queimar diante de si o incenso que vira arder no templo de Jerusalém em honra de Iahweh, nos tempos de sua juventude, ela desviou os olhos cheios de lágrimas. Quanto ao menino, não estendia as mãozinhas para o ouro lúcido: não fora para isso que viera. Ele virou a cabeça para conter as lágrimas que brilhavam nas faces de sua mãe.

Então, quando a cabeça do último camelo passara pela saliência da última montanha, e quando o último retinir dos arreios se extinguiu no caminho de Jerusalém, apareceu o quarto viajante.

Ele vinha de um longínquo país da borda do Golfo Pérsico. Também ele percebera certa noite a misteriosa e desconhecida

.....NASCEU DA VIRGEM MARIA

Estrela banhando-se no calmo espelho das águas do mar. Levantando-se, ele a tudo abandonara, levando para a viagem nada mais que três pérolas preciosas e algumas provisões: redondas bolachas de cevada da última colheita, cachos de uva da vigorosa vinha plantada na frente de sua casa. Debalde seus amigos e parentes procuraram retê-lo. Ele pôs na cintura as suas três pérolas mais belas, grandes como ovos de pomba, e partiu sem olhar para trás em busca do lugar distante acima do qual brilhava a estrela.

Ele o descobriu... infelizmente, tarde demais. Os três outros reis tinham vindo, deixado seus tesouros e partido. Ele chegara tarde demais, sozinho... e com as mãos vazias: já não tinha pérolas...

Com o coração amargurado, ele entreabriu lentamente a porta do estábulo, no meio do qual brilhava o ouro ao último clarão do dia, enquanto o incenso fazia subir suas volutas de luz azulada e a Virgem Maria cantava docemente uma canção de ninar para o Menino Jesus, aconchegado no seu regaço.

De cabeça baixa, ajoelhado, ele começa a falar timidamente:

— Senhor, cheguei tarde e nada tenho para te dar. Eu tinha uma oferenda para ti, três maravilhosas pedras, grandes como ovos de pomba, verdadeiras pérolas do Mar da Pérsia. Contudo, já não as tenho...

— Os três reis estavam à minha frente em seus dromedários. Apressei o meu asno tanto quanto pude. Mas ele estava fatigado. Então, abriguei-me numa estalagem para passar a noite; quando entrei no salão, havia um velho estendido num banco tremendo de febre. Ninguém sabia de onde ele era. Sua algibeira estava vazia, tendo-se permitido que deitasse ali porque ele não tinha dinheiro para pagar o pouso e o remédio. Então... Senhor, perdoa-me... dei uma pérola ao dono do albergue para que cuidasse dele.

— No dia seguinte, parti bem cedo e me apressei. Quase tinha alcançado a caravana à minha frente quan-

do, ao atravessar uma greganta selvagem no meio da floresta de eucaliptos e de terebintos, ouvi gritos provenientes da parte densa da floresta. Precipitei-me para lá, Senhor, e, que horror, vejo soldados que agridavam uma jovem e desejavam se divertir com ela. Eu estava só. Não queria verter sangue quando vinha ao teu encontro. Então, pus uma segunda vez a mão na cintura e comprei a liberdade da moça com uma segunda pérola. Ela me beijou as mãos chorando e se dirigiu, como ágil cobrita, aos recantos da montanha.

— Parti bem depressa, à toda, para te trazer ao menos a terceira pérola, Senhor, porque, me agridando, poderia estar a teus pés no fim da tarde. Belém já aparecia ao sol poente. Mas vinha alguma fumaça da cidade, como de um incêndio. Sim, eram os soldados de Herodes que a incendiavam. Eu os vi arrar, vociferar: "Morte às crianças de até dois anos. Matai! Matai! Por ordem do rei Herodes!" E, que horror, vi um enorme soldado que balançava pelo pé uma criança acima do beiseiro, tocando a sua mãe: "Um, dois, três, vou largar! Ele dará um bom assado!" A mãe dava gritos dolorosos. Ah, Senhor... dei então todos os meus bens, todas as minhas provisões ao soldado, para que ele deixasse a criança em paz. Mas ele queria mais... e lhe dei a terceira pérola...

— Senhor, perdoa-me, vejo-me diante de ti com as mãos vazias... Só te posso oferecer estas passas de uva da minha videira mais bela. Os grãos estão um pouco enrugados, pobres como a palha na qual os deponho... Perdoa-me!

Um grande silêncio toma conta do celeiro...

Quando o viajante se atreve a levantar a fronte apoiada contra o solo, vê o resto do menino que resplandece.

E o menino põe nas mãos vazias do viajante um cacho de uvas cujos grãos, transformados em pérolas do mais puro Oriente, iluminam com todo o seu brilho os mais ínfimos recantos do estábulo.

E o menino sorriu...

J. J. Th.

Anotações sobre a Família Coelho (São Tiago, Resende Costa, Oliveira/ Morro do Ferro, Lagoa Dourada, São João del-Rei, Bom Sucesso e possivelmente, Leopoldina)

A figura central dessas anotações será o Capitão José Coelho dos Santos Monteiro morador da Fazenda do Sossego no Arraial das Lages (Resende Costa). Seu inventário se encontra no Ipham de São João del-Rei em bom estado de conservação (verifiquei in loco esse documento). Por isso pegaremos a sua figura como referência. Outro motivo para focarmos na sua figura é devido a riqueza de documentos a seu respeito que podem ser encontrados. Uma boa dica de leitura é a dissertação de mestrado de Amanda Reis.

O Capitão José Coelho dos Santos Monteiro nasceu possivelmente em 1796 na localidade que hoje corresponde ao município de Tiradentes. Era filho do Capitão José Coelho dos Santos (1769-1851) e de Francisca de Paula Morais (1774-1840).

O Capitão José Coelho dos Santos (pai do Capitão José Coelho dos Santos Monteiro) era filho de Manoel Coelho dos Santos (1736-1785), português de nascimento natural da Freguesia de São Tiago do Marco, Couto de Alcobaça, Patriarcado de Lisboa, filho de Manoel Coelho e Maria Pereira, moradores do lugar Casa dos Coelhos. Veio a falecer em São José del Rei (Tiradentes). No Brasil, Manoel Coelho foi casado com Genoveva de Almeida e Silva (1742-?) (Informações retiradas do site Projeto Compartilhar). Mais informações sobre Genoveva de Almeida e Silva podem ser encontradas na dissertação de mestrado “Os Ribeiro da Silva de São Gonçalo do Brumado”, família de sua ascendência.

Dois dos filhos do Capitão José Coelho dos Santos Monteiro parecem ter deixado descendentes em São Tiago. O filho mais velho do Capitão José Coelho dos Santos Monteiro, José Fortunato Coelho dos Santos, era filho natural nascido enquanto José Coelho dos Santos Monteiro era solteiro (ainda não encontrei nenhum documento com informações sobre sua mãe). José Fortunato casou-se com Ana Constância de Andrade (Possivelmente parente do Coronel Andrade de Morro do Ferro mas não sei precisar o grau de parentesco). No censo de 1831 José Fortunato Coelho dos Santos é catalogado vivendo junto com seu pai, sua madrasta e seu irmão Valeriano na Fazenda do Sossego. Quando se casa com Ana Constância, José Fortunato Coelho dos Santos passa a morar na Fazenda da Batalha próxima a Morro do Ferro (Meu bisavô, José Fortunato Coelho, pai de meu avô Vicente de Paula Resende (Lute) era neto do José Fortunato Coelho dos Santos, era apelidado de Zeca da Batalha por ter morado na Fazenda da Batalha até ficar

viúvo. Meu bisavô só se muda para o Córrego Fundo/ Içara quando se casa pela segunda vez com Maria Resende, também conhecida como Dona Mulata, filha de Francisco Resende (morador da Papunça). Outro detalhe curioso sobre José Fortunato Coelho dos Santos é que em outubro de 1861, Adão, um escravo de José Fortunato Coelho dos Santos matou a facadas Joaquim, escravo de Dona Josefa Gonçalves Passos. Esse processo criminal é rico em informações sobre o cotidiano dos moradores do Arraial de São João Batista naquela época.

(Integra <https://documenta.direito.ufmg.br/modules/pcrimes/brtacervo.php?cid=1464&op=1>)

Os descendentes de José Fortunato Coelho dos Santos e Ana Constância de Andrade geralmente assinam os sobrenomes Fortunato Coelho, Coelho de Andrade (Caso do ex vereador de Morro do Ferro Ciro Coelho de Andrade), Fortunato de Andrade, Fortunato dos Santos e parte considerável de seus descendentes vivem em São Tiago e Morro do Ferro. Também encontramos alguns descendentes de José Fortunato que assinam Pereira Coelho por causa do casamento de uma das filhas de José Fortunato Coelho dos Santos, Josina Coelho de Andrade com Ciciliano Alves Pereira (Caso dos descendentes do Seu Pereira que morava no Gajé. Seus descendentes em São Tiago e Morro do Ferro é a família do Bengala e da professora Julia Nelma que mora em Morro do Ferro).

Outra parte dos descendentes de José Coelho dos Santos Monteiro que fincaram raízes em São Tiago são os descendentes do Major Joaquim Coelho dos Santos. O referido Major é oriundo do primeiro matrimônio do capitão José Coelho dos Santos Monteiro com Mariana Francisca da Silveira. Joaquim Coelho foi casado com Ana Jesuína dos Santos e alguns de seus descendentes são os familiares do Sr. Pedro Coelho, Domineu Coelho, Alipio Coelho, Alcício Coelho, Mario Coelho, Joãozinho Coelho, etc.

Muitos dos descendentes de Joaquim Coelho assinam os sobrenomes Coelho dos Santos, Coelho da Silveira e Coelho Leão.

Autor: Kelison Ribeiro

Dr. Kelison Tadeu Ribeiro é nosso conterrâneo engenheiro físico e pesquisador com atuação na área de neuro ciência e computacional (UFSJ). Currículo invejável e de amplitude internacional. Doutor em bioengenharia nossos efusivos cumprimentos e de toda a comunidade

JOSÉ COELHO DOS SANTOS MONTEIRO, Capitão

Testamento e Inventário

Museu Regional de São João del Rei

Testamento - ano 1859 - caixa 88

Testador: Cap. JOSÉ COELHO DOS SANTOS MONTEIRO

Testamenteiro: Francisco Coelho dos Santos Monteiro

Local: Tiradentes

Transcrito por: Edriana Aparecida Nolasco a pedido de Aristóteles Rodrigues

fls. 01 - TESTAMENTO

(...) eu José Coelho dos Santos Monteiro, filho legítimo do Capitão José Coelho dos Santos e de Dona Francisca de Paula Moraes, já falecidos (...)

(...) nomeio para meus testamenteiros em primeiro lugar a minha mulher Dona Maria José de Jesus, unida a meu filho Francisco Coelho dos Santos e em segundo lugar a meu filho José Antonio Coelho, e em terceiro lugar a meu filho Antonio Coelho (...)

(...) Declaro que fui casado em face da igreja com Dona Mariana Francisca da Silveira, já falecida, filha legítima do Capitão João Machado Rodrigues, e Dona Esmeria Francisca de Belém, já falecidos, e segunda vez casado na mesma sorte com Dona Maria José, filha legítima de José Dutra Gonçalves e Dona Quiteria Rosa, declaro que do primeiro Matrimônio tive onze filhos: Valeriano, José, Francisco, Martiniano, Mariana, Messias, Maria, Joaquim, João, Manoel, Antonio, e do segundo tenho três até o presente: Guilhermina, Valeriano e José (...)

(...) Declaro mais que tive um filho em solteiro, José Fortunato dos Santos, que reconheço e que será meu herdeiro como seus irmãos (...)

Data do Falecimento: 15 de janeiro de 1867

*Os dados complementares abaixo foram extraídos do Inventário existente neste arquivo

Inventário ano 1867 - caixa 415

Inventariado: Cap. José Coelho dos Santos Monteiro

Inventariante: Maria José de Rezende

Local: Fazenda Sossego da Freguesia da Lage.

Transcrito por: Edriana Aparecida Nolasco a pedido de Aristoteles Rodrigues

fls. 01 -

local de Morada do Falecido: Fazenda denominada do Sossego da Freguesia da Lage.

fls. 02v. Juramento da Inventariante

Data: 07 de Março de 1867

Local: Fazenda denominada Retiro do Bom Sossego da Freguesia da Lage, em casa de morada de Dona Maria José de Rezende.

(...) declarou que seu marido capitão José Coelho dos Santos Monteiro tinha falecido no dia de Janeiro do corrente ano, com seu testamento, deixando treze filhos, entre eles um natural e dois netos (...)

fls. 03 - Filhos:

01- Valeriano Coelho dos Santos, casado com Dona Inês de Castro.

02- José Antonio Coelho, de idade de 36 anos;

03- Dona Mariana, falecida, casada que foi com Joaquim Pedro Santos e deixou dois filhos.

04- Antonio Coelho dos Santos, falecido, casado que foi com Dona Francisca de Paula Almeida e não deixou filhos;

05- Francisco Coelho dos Santos, de idade de 34 anos

06- Martiniano Coelho, casado com Dona Marcolina Honoria dos Santos.

07- Joaquim Coelho dos Santos, casado com Dona Ana Jesuína dos Santos.

08- Messias Francisca da Silveira, casada com Tertuliano Pinto de Almeida.

09- Dona Maria Francisca da Silveira, casada com Joaquim Pio dos Santos.

10- João Coelho dos Santos, de idade de 21 anos.

fls. 03v. - Netos, filhos da falecida Dona Mariana:

-01 José, de idade de 12 anos

-02 Joaquim, de idade de 11 anos.

Filho Natural:

01- José Fortunato Coelho, casado com Dona Ana Constância de Andrade.

Filhos do 2º Matrimônio:

01- Dona Guilhermina, de idade de 12 anos

02- Valeriano, de idade de 11 anos;

03- José, de idade de 09 anos.

* Segundo uma Petição a página 20, além dos bens existentes na Freguesia da Lage o casal ainda tem bens no Termo da Cidade de Oliveira.

Obs. Através da Procuração encontrada neste documento é possível deduzir a localização onde residiam os outorgantes, neste caso, os herdeiros.

fls. 38 - Procuração

Data: 29 de março de 1867

Que Fazem: Francisco Coelho dos Santos e Dona Maria José de Rezende.

Residência: Freguesia da Lage, Termo da cidade de São José del Rei.

Procurador Nomeado: José Fortunato Coelho dos Santos em São João batista, termo de Oliveira.

fls. 39 - Procuração

Data: 01 de Abril de 1867

Que Fazem: Joaquim Pio dos Santos e sua mulher Dona Maria Francisca da Silveira.

Residência: Freguesia da Lage ...

Procurador Nomeado:- idem ao anterior

fls. 41 Procuração

Data: 26 de Março de 1867

Que Faz: Dona Francisca de Paula de Almeida Santos viúva de Antonio Coelho dos Santos Monteiro

residência - Freguesia de Santa Rita do Rio Abaixo, Termo da cidade de São José del Rei na Fazenda Engenho.

Procurador Nomeado - José Antonio Coelho (primo e cunhado da outorgante).

fls. 50 - Provisão de Tutela

Pelo Juiz de Órfãos ...

(...) perante mim justificou Dona Maria José de Resende, viúva do Capitão José Coelho dos Santos Monteiro achar-se no estado de viuvez, vivendo com honestidade e recato e ter a capacidade precisa para bem reger e administrar as pessoas e bens de seus filhos menores e assinado perante mim Termo de obrigação...

Procuração:

Data: 13 de Fevereiro de 1867

Que Fazem: O Alferes Valeriano Coelho dos Santos Monteiro e sua mulher Dona Inês de Castro Monteiro Galvão de São Martinho. residência - Distrito de Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista, Termo da cidade de Leopoldina, Comarca do Pomba.

Procurador Nomeado: Joaquim Pio Estevão dos Santos (cunhado deles)

* Petição folha 63, falece uma herdeira.

fls. 83

Diz Joaquim Pio dos Santos (...) revendo os Autos de Inventário de sua falecida mulher Dona Maria Francisca da Silveira (...)

fls. 89

Diz Dona Maria José de Rezende (...) que por falecimento de seu 1º marido o falecido Capitão José Coelho dos Santos Monteiro a suplicante assinou Termo de Tutela de seus filhos, cujo encargo tem servido até o presente (...) agora porém, passando a segunda

núpcias com Domingos José Gonçalves não pode por essa razão continuar a ser Tutora (...)

(...) achando-se sua filha que mais precisava de seus desvelos já casada, e vivendo em companhia de seu marido; e seus filhos Valeriano e José com a idade de 18 e 19 anos, vivendo um em companhia de seu tio Francisco Coelho dos Santos e o outro em companhia da suplicante (...)

fls. 90 Procuração:

Data: 18 de Junho de 1876

Que Faz: Dona Maria José de Rezende

residência: Freguesia da Lagoa Dourada, Município de São José Del Rei.

Procurador Nomeado: seu marido Domingos José Gonçalves

fls. 91 - Certidão

Certifico que revendo os assentos de Casamentos desta Freguesia em um assento se acha o do teor seguinte:

Aos vinte e seis de Abril de 1876 assisti receberem-se em o sacramento do Matrimônio os contraentes Domingos José Gonçalves e Dona Maria José de Rezende viúva do finado Capitão José Coelho dos Santos (...)

fls. 92v. Auto das Contas

Data: 19 de Junho de 1876

Sobre os órfãos Valeriano e José: o primeiro está com a idade de 19 anos; o segundo com 17 anos. ambos sabem ler e escrever, e que moram com ela Tutora.

fls. 98

Diz Valeriano Coelho Rezende, filho legítimo do finado Capitão José Coelho dos Santos Monteiro e sua mulher Dona Maria José de Rezende, atualmente morador na cidade de São João del Rei que pelo incluso documento prova a todo evidência ter completado o suplicante a idade de 21 anos (...)

fls. 99 Certidão

Certifico que revendo o Livro 03 do Assentos de batizados, (...) desta Freguesia da Lage e nele a folha 18 achei o assento seguinte:

Aos três de Maio de 1857 foi por mim batizado o inocente Valeriano, nascido aos 24 abril, filho legítimo do Capitão José Coelho dos Santos Monteiro e Dona Maria José de Rezende e foram padrinhos Francisco Antonio dos Santos e Dona Maria Thereza de Jesus, (...)

FAZENDA DA BATALHA

Situada nas fraldas (nascentes) do Rio Jacaré e segundo a oralidade uma importante fazenda, no passado, no itinerário do “Caminho de Goiás”, chegando a ser um pequeno núcleo populacional, onde pernoitavam comboios e caravanas, tendo passado por ela o viajante francês Saint-Hilaire em março de 1819. Segundo o sr. José Abigail, ali hoje residente, a fazenda pertencera no passado a seu avô Bernardo Teixeira de Rezende, português, dele transferida a seu filho Manoel Teixeira de Rezende (avô do sr. José Abigail), achando-se atualmente dividida em inúmeras outras propriedades ou quinhões.

O inventário de uma sua antiga proprietária, D^a Antonia Maria dos Anjos, viúva do Alferes João Machado Rodrigues, datado de 1810, fornece-nos preciosas informações (MRSJDR Cx.C-02). A Fazenda Batalha é ali descrita “com casas de vivenda, paiol e moinho, tudo coberto de telhas, monjolo coberto de capim, cercado de pedras, logradouros, terras de plantar confrontando com José Gonçalves da Costa e a Fazenda Ouro Fino – 300\$000”

D^a Antonia Maria dos Anjos nasceu por volta de 1750, filha de Sebastião Cardoso e D^a Maria dos Anjos. O Alferes João Machado Rodrigues foi sepultado aos 10-05-1807 na capela de São João Batista, enquanto D^a Antonia Maria dos Anjos foi inventariada aos 22-09-1810, comparecendo e se habilitando ao inventário seis de seus filhos (relação infra)

Além da Fazenda Batalha, o Alferes João Machado Rodrigues e sua mulher Antonia Maria dos Anjos eram/foram proprietários de outras glebas, dentre elas a Fazenda Mata da Cachoeira, vizinhas às terras de José Gonçalves da Costa, nos curatos de São João Batista e São Tiago.

Herdeiros/filhos do casal

João Machado Rodrigues/Antonia Maria dos Anjos:

1.<> Joaquim Machado Rodrigues, batizado aos 30-12-1765 na ermida de São João Batista; casou aos 14-02-1795 na matriz de São José Del-Rei com Feliciano Gonçalves dos Anjos, filha de Manoel

Esteves de São Francisco e Izabel Gonçalves dos Anjos. Joaquim Machado Rodrigues já era falecido à época do inventário materno (1810), sendo representado pelos filhos, tutelados pelo avô materno Manoel Esteves de São Francisco.

Filhos do casal Joaquim Machado Rodrigues e Feliciano Gonçalves dos Anjos:

1.1.- Antonio, batizado na matriz de São José Del-Rei aos 22-06-1796. Casou-se aos 18-05-1819 na ermida de São João Batista com Máxima Firmina da Rocha, filha natural de Maria Inácia Policena de Castro. Antonio e Máxima foram recenseados (censo de 1831) como moradores do quarteirão 5 da freguesia de Oliveira, ele com 32 anos e ela com 26 anos, tendo os dependentes/filhos Balbina (10 anos), Vicente (8 anos), Joaquim (6 anos) Leonel (4 anos), Ana (2 anos) e 5 escravos

1.2.- José, batizado aos 21-02-1798 na matriz de São José Del-Rei. Faleceu aos 31-03-1818, conforme termo de óbito no inventário da avó paterna).

2.<> Alferes (e depois Capitão membro da Guarda nacional) João Machado Rodrigues, batizado aos 20-10-1763 na capela de São Tiago, sendo padrinhos Manoel da Costa Afonso e s/m Ana Maria; casado aos 09-02-1807 na capela de São João Batista com Esméria Francisca da Silveira Belém, filha do Cap. Joaquim da Silva Leão e Mariana Francisca da Silva.

Filhos do Cap. João Machado Rodrigues e Esméria Francisca da Silveira Belém, batizados na capela de São João Batista: 2.1 – Esméria Francisca da Silveira, batizada aos 31-12-1807; 2.2 – Mariana Francisca da Silveira, batizada aos 20-02-1809. Foi a primeira mulher do Cap. José Coelho dos Santos Monteiro (1786- 1867), filho do Cap. José Coelho dos Santos e Francisca de Paula Moraes (família “Os Ribeiro da Silva de São Gonçalo do Brumado”) (1) 2.3 – João, batizado aos 24-01-1811; 2.4 – Beralda, batizada aos 23-05-1812; 2.5 – Hilarino, batizado aos 11-05-1814; 2.6 – Joaquim, batizado aos 20-01-1816; 2.7 – Maria, batizada aos 07-07-1817; 2.8 – Valeriano,

batizado aos 22-05-1819; 2.9 – Pedro, batizado aos 15-04-1822, padrinho Cap. Pedro Duarte de Faria; 2.10 – Francisco

Em 1831, o Cap. João Machado Rodrigues, já viúvo, com 69 anos, morava no fogo 1 do curato de São João Batista com os filhos Hilarino (19 anos), Joaquim (16 anos), Valeriano (14 anos), Pedro (12 anos), Francisco (8 anos), Esméria (22 anos), Beralda (17 anos), Maria (13 anos) e 60 escravos,

3. <> José, batizado aos 15-09-1764 na capela de São Tiago. Falecido antes de 1810, não comparecendo ao inventário materno.

4. <> Francisco Machado Rodrigues, batizado aos 18-08-1768 na ermida de São João Batista. Com 42 anos em 1810. Foi o inventariante materno.

5. <> Manoel José Machado Rodrigues, batizado aos 19-02-1770 na capela de Passa Tempo. Com 40 anos em 1810. Casou aos 24-04-1811 na capela de São João Batista com Jacinta Gonçalves da Silva, batizada em Passa Tempo aos 22-07-1791, filha de José Gonçalves da Costa e Maximiana Francisca da Silva (família “Tomás da Costa Pamplona”). Manoel e Maximiana foram recenseados em 1831 como moradores do fogo 35, curato de São João Batista, ele com 60 anos e ela com 40 anos, com os dependentes João (18 anos - batizado aos 15-07-1814), Bernardo (17 anos - batizado aos 12-07-1815), Manoel (10 anos), José (8 anos – batizado aos 07-01-1822), Joaquim (5 anos), Maria (19 anos, batizada aos 24-01-1813), Mariana (18 anos, batizada aos 05-02-1818), Ana (11 anos), Maximiana (13 anos, batizada aos 19-10-1818), Jacinta (6 anos), Balbina (1 ano), Antonia (1 ano) e mais 29 escravos.

6. <> Bernardo Machado Rodrigues com 30 anos em 1810. Casou-se aos 11-06-1816 na capela de São João Batista com Ana Alves Ferreira, filha de José Alves Pereira e Ana Rosa Ferreira. No censo de 1831, moravam no curato de São João Batista, fogo 40, ele com 50 anos, agricultor e ela com 36 anos, fiandeira, mais os dependentes João (12 anos), José (11 anos, batizado aos .../05/1819), Bernardo (10 anos, batizado aos .../08/1820), Mariano (9 anos, batizado aos 02-02-1822), Joaquim (5 anos), Mariana (13 anos, batizada aos 24-05-1818), Ana (8 anos), Beralda (2 anos).

7. <> Justa Inocência dos Anjos, batizada aos 26-02-1772 na capela de São João Batista. Casou aos 06-07-1797 na mesma capela de São João Batista com Antonio Vaz Diniz, natural de Congonhas do Campo, filho de Manoel Vaz Diniz e Maria Antonia do Sacramento (Projeto Compartilhar – Antonia Maria dos Anjos – pesquisas de Regina Junqueira)

FUNDOS E COLEÇÕES	
	Acervo do Fórum de Oliveira
NOTAÇÃO	
	OLC-01464
LOCALIZAÇÃO	
	17
PÁGINAS/FOLHAS	
	76
DOCUMENTO	
	Processo crime (Traslado)
DENUNCIANTE	
	A Justiça
CRIME	
	Assassinato
DATA DO CRIME	
	1870
LOCAL 1	
	São João Batista
TIPO 1	
	Arreal
DATA DE INÍCIO DO PROCESSO	
	22/10/1861
DATA DE TÉRMINO DO PROCESSO	
	28/05/1873
OFENDIDO 1	
	Nome Joaquim.
	Cor Pardo
TIPO 1	
	Arreal
DATA DE INÍCIO DO PROCESSO	
	22/10/1861
DATA DE TÉRMINO DO PROCESSO	
	28/05/1873
OFENDIDO 1	
	Nome Joaquim.
	Cor Pardo
	Condição Escravo
PROCESSO/JULGAMENTO	
	Júri de Senteça
SENTENÇA	
	Incurso no grau máximo do artigo 193 do código criminal, condenado a pena de galés perpétua .
APELAÇÃO	
	Sim
RESUMO	
	O ofendido Joaquim, escravo de Dona Josefa Gonçalves Passos, foi encontrado morto a facadas e jogado em um barranco. As testemunhas apontam Adão, escravo de José Fortunato Coelho, como autor do crime, já que existia uma grande inimizade entre eles há muitos anos. Em seu interrogatório o réu afirma que a fazenda de seu senhor chamava-se Fazenda da Batalha e ficava nos arredores do arraial de São João Batista. O documento é rico em informações sobre o cotidiano dos moradores do arraial. O documento termina com o Juiz da Comarca remetendo o processo para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Não consta o resultado da apelação, a sentença final.

NOTAS

(1) O Cap. José Coelho dos Santos Monteiro (1786-1867) foi casado em primeiras núpcias com D^a Mariana Francisca da Silveira, tendo o casal 11 filhos: Valeriano, José, Francisco, Martiniano, Mariana, Messias, Maria, Joaquim, João, Manoel, Antonio. Enviuvando-se, o Cap. José Coelho dos Santos Monteiro casou com Maria José de Jesus Rezende, filha de José Dutra Gonçalves e D^a Quitéria Rosa, sua inventariante, com quem teve três filhos: Guilhermina, Valeriano e José, tendo reconhecido ainda um filho natural, José Fortunato Coelho.

O Cap. José Coelho dos Santos Monteiro faleceu aos 15-01-1867 em sua Fazenda do Sossego, freguesia da Lage. Seu filho Antonio Coelho dos Santos, do 1º matrimônio, c/c Francisca de Paula Almeida herdariam partes da Fazenda Batalha (Testamento de José Coelho dos Santos Monteiro – 1869 – Cx 88 – MRSJDR)

1867 – A Fazenda da Batalha aparece mencionada no inventário de Antonio Coelho dos Santos, sendo herdeira e inventariante a viúva D^a Francisca de Paula Almeida Santos - MRSJDR Cx. 231, p. 72 – com a informação de que parte da fazenda “foi legado do pai do finado” (Projeto Compartilhar – Antonio Coelho dos Santos)

27-09-1793 – Requerimento do Alferes João Machado Rodrigues referente a carta de sesmaria na aplicação da capela de São Tiago, termo da vila de São José (APM SG Cx. 25, doc. 18)



Sr. João Lara Filho (Joãozinho Lara) – 89 Anos de FIBRA, DESTEMOR, LOUVOR

A riqueza da memória familiar, a grandeza da personalidade humana, a magistral atuação social são aspectos e experiências que fluem e se condensam na pessoa de nosso conterrâneo a amigo Sr. JOÃO LARA FILHO, no rigor e altivez de seu 89º aniversário natalício, cujas festividades foram coroadas com o lançamento, da obra de memórias “Minha história de vida”.

Memória prodigiosa – um rol intenso de nomes, datas, eventos familiares, sociais e até nacionais, alguns deles já seculares – que Joãozinho Lara tem na ponta da língua, guardados fielmente na miraculosa mente. Não só a história pessoal-familiar, mas de toda a região, particularmente de São Tiago, onde o Sr. Joãozinho se estabeleceu, atuou, constituiu e criou sua laboriosa família, sempre primando pelos mais elevados princípios cívicos, éticos e cristãos.

Um legado imorredouro para a abnegada família, toda a comunidade e posteridade.

No portento de seus praticamente 90 anos, Joãozinho Lara esbanja saúde, otimismo, bom humor, arrojo se movimentando com relativa independência, mente invejável, grande dose de vitalidade, capacidade de superação; quebra ele todos os tabus do tempo, porquanto ainda empreendedor, jovial, progressista, acompanhando os imensos negócios pessoais e familiares.

Sem dúvida, uma aula imperdível de bem viver!

Ao Sr. Joãozinho e família, os cumprimentos e respeitos de toda a comunidade!

“A juventude é a época de se estudar a sabedoria; a velhice é a época de praticá-la” (Rousseau)

O MISTERIOSO CASO DAS CRIANÇAS VERDES DE WOOLPIT

No século 12, no vilarejo de Woolpit em Suffolk, na Inglaterra, duas crianças de aparência verde foram encontradas na saída de um dos fossos da região por moradores que faziam a colheita de suas plantações.

As crianças, um garoto e uma menina, não falavam uma palavra em inglês e se comunicavam com uma linguagem desconhecida pelos cidadãos de Woolpit. A lenda conta que os dois foram levados para a casa de um morador, Richard de Calne, que se responsabilizou por cuidar deles.

Por vários dias, as crianças recusaram todos os tipos de comida. Apenas quando feijões foram oferecidos, o rapaz e a garota tiveram apetite. Depois de um tempo, eles perderam a coloração verde de suas peles, mas o menino acabou adoecendo e morrendo logo após seu batizado.

o período de fuga entre florestas e cavernas.

A garota recebeu o nome de Agnes quando foi batizada, e há indícios de que tenha se casado com um oficial britânico chamado Richard Barre. A lenda das crianças de Woolpit, mesmo com o caráter folclórico e misterioso, foi registrada na época por dois historiadores: William of Newburgh e Ralph of Coggeshall.

É possível imaginar como a aparição de duas crianças, de coloração verde e falando uma língua estranha, poderia gerar mistério em um vilarejo no século 12, e ser considerado até mesmo um caso de seres de outro planeta.

Apesar de todas as explicações mundanas possíveis ao evento, a verdade completa por trás dessa história talvez nunca seja esclarecida, e talvez seja melhor a sustentação do mistério à desmistificação da lenda de Woolpit.

PEQUENOS SERES VERDES DE UM MUNDO

SUBTERRÂNEO

A menina sobreviveu e cresceu e, eventualmente, aprendeu a falar inglês. Ela explicou aos seus guardiões que ela e seu irmão vieram de um mundo sem luz do sol, com pouca luminosidade, e que não sabia dizer ao certo como eles foram parar na região de Woolpit.

Diferentes leituras tentam explicar o mistério sobre essas crianças. Há quem acredite que elas vieram mesmo de um mundo subterrâneo ou talvez até de um universo paralelo. Outra teoria que acompanha essa lenda é a de que eles eram alienígenas e que poderiam ter aterrissado na Terra por engano.

A teoria mais aceita hoje em dia, porém, é que as crianças escapavam da perseguição do rei Henrique II contra os invasores flamengos (belgas), e que fugiram do vilarejo de Fornham St. Martin quando este foi destruído pelo exército britânico em um ataque que também matou seus pais.

A HISTÓRIA POR TRÁS DA LENDA

O historiador Paul Harris explica, em sua análise publicada em 1998 sobre o evento, que as crianças se esconderam nas florestas da região e que desenvolveram anemia por terem ficado muito tempo sem alimentação. Isso poderia explicar a coloração verde de suas peles quando elas foram encontradas posteriormente em Woolpit.

O fato de a menina não ter lembranças claras de sua vida pregressa pode ser resultado dos eventos traumáticos vivenciados, assim como a privação alimentar pode ter afetado sua capacidade de raciocínio e memória durante

Fonte da imagem: Reprodução/The Blazed



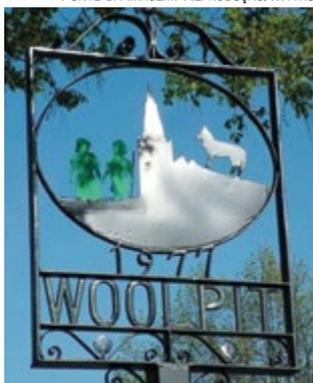
Logo depois, o menino morreu, já a menina tornou-se uma mulher adulta, aprendeu a falar inglês e conseguiu contar a história de sua vida. Agnes, a sobrevivente, disse que eles vieram de um país de cavernas e passagens subterrâneas, onde o pôr do sol era eterno e havia um rio que separava sua terra de outra mais iluminada. Segundo sua história, ambos vieram da "terra de San Martin", onde o sol nunca brilha, e chegaram à superfície por túneis percorridos por dois dias.

Os relatos da história têm duas fontes principais, os textos de Ralph de Coggeshall e William de Newburgh, que não tiveram contato com as crianças verdes. Ralph era um abade de Coggeshall que morava em um condado próximo e tinha ouvido a história do próprio Richard de Calne. Ele escreveu sobre o caso por volta de 1189 em um livro chamado *Chronicon Anglicanum*. Já o obra *Historia rerum Anglicarum*, do monge e historiador William de Newburgh também contém o relato, embora sua versão tenha sido publicada bem mais tarde, por volta de 1220.



Outra versão sugere que as duas crianças seriam de origem nobre, órfãs foram espoliadas pelo tio e tutor o Duque de Norfolk, ávido pela herança dos sobrinhos, após envenená-las com arsênio ou óxido de cobre. Contratara homens com ordens de matá-las. Os verdugos optaram por abandoná-las na floresta e assim desorientadas chegaram ao local (Woolpit) onde foram encontradas por moradores.

O fato é que a história – ou lenda – das crianças verdes de Woolpit jamais tenha um esclarecimento plausível.



IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIOCULTURAL NO PROGRESSO DO PAÍS

Nosso País, sobejamente, se alicerça em imensos recursos e riquezas naturais, sendo a 5ª maior nação do globo em extensão territorial (8,5 milhões de km²) ocupando em torno de 5,6% das terras do planeta. Somos aquinhoados, ademais, com grande oferta de água doce, farta disponibilidade de energia solar, bacia costeira continental da ordem de 3,6 milhões de km², compondo a maior reserva de biodiversidade do mundo. Produtores e exportadores de alimentos, com a utilização de moderníssima tecnologia, ao lado de outras commodities como minérios, algodão, que ganham relevância ante as necessidades de sustentabilidade, subsistência e segurança alimentar mundial, afetadas por graves perturbações climáticas, epidêmicas, políticas que hoje afetam a humanidade.

Detemos, igualmente, dada a nossa formação pluriétnica, considerável patrimônio em recursos humanos que carecem, assim como os naturais, serem transformados em riqueza a serviço da coletividade. Somos a confluência de rica miscigenação, oriunda dos indígenas nativos, colonizadores europeus, africanos, imigrantes de todas as etnias, envolvendo comportamentos diversos, costumes, dialetos, crenças, mitos, lendas, danças regionais, medicina popular, manifestações religiosas, tradições grupais, folclore, aglutinando saberes universais. Sabemos que uma sociedade compõe-se e se estrutura em vários níveis de capital – não só o econômico – mas substancialmente o humano, o cultural, o social, o intelectual, o simbólico, o ambiental. Segundo o celebrado pensador francês Pierre Bourdieu, o capital educacional-cultural, embasado na cultura popular, ao permear e aglutinar as políticas sociais, fortalece a autoestima, a ética, a responsabilidade coletiva, permitindo a ampliação do desenvolvimento econômico e da coesão social. Para Bourdieu, crítico da teoria econômica que apenas se fixa ou se reduz ao capital convertido em moeda, o desenvolvimento ampliado do capital inclui o social, o cultural, extensivamente o ambiental. Ou seja, capital não é apenas uma dicotomia econômico/não econômico, mas fundamentalmente uma força geradora, transformadora coletiva, envolvendo relações humanas, culturais, redes sociais. A revalorização e redimensionamento da cultura popular constituem, assim, importantes instrumentos de construção de práticas democráticas, cívicas, associativistas, contributivas que potencializam e integram a energia social nacional. A riquíssima cultura popular, com seu vasto campo de manifestações, resultado de diálogo, trabalho conjunto, processos de valoração, a serviço de largo projeto de progresso social! E, infelizmente, quase sempre submerso em discursos, relatórios, imagens e ações políticas desconexas, viciadas e de escasso resultado!

Para países em desenvolvimento (emergentes, segundo a práxis vigente), a exemplo do Brasil, opulento em manifestações artísticas e conhecimento popular, o capital social, devidamente trabalhado, abordado de forma associativista, desempenha valiosa função integradora, atraente, concreta, mormente para jovens, mulheres e minorias em desigualdades, fora do contexto de mercado de trabalho e sistema educacional. O conceito capital cultural, extrapola a escola – está ainda eivada de elitismos humanos, políticos conceituais - quando nele inserido e transmutado o conhecimento intergeracional. A educação, segundo pedagogos renomados como Paulo Freire, deve ser pensada como um campo da cultura, não só reproduzindo a conjuntura social opressiva e de desigualdades, mas também como agente político construtor de uma nova ordem social emancipadora.

O pensador norte-americano Robert Putnam, em seu livro “American Grace” exalta “o extraordinário poder das comunidades de fé em gerar capital social, onde o desenvolvimento coletivo se conduz pela extensão das mãos em direção ao outro, em que o saber se realiza no fazer. Putnam que desenvolveu amplas pesquisas sobre democracia e comunidade em praticamente toda a Itália, enfatiza

IMAGEM: SHUTTERSTOCK



a chamada “comunidade cívica”, mediante a ativa participação da população em questões públicas e de solidariedade, estimulando-se a igualdade política, tolerância, confiança, reciprocidade, associativismo e formas estruturais de cooperação. Comunidades com maior número de associações, sindicatos, cooperativas – ou seja com maiores índices de participação cívica – favorecem o desenvolvimento econômico local, tornando os governos e administrações mais eficazes (Obra “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna” RJ, Ed. FGV, 1996).

A sociedade como sujeito político-econômico, agente crítico e consciente, em especial em um contexto onde instituições como a universidade se tornaram hegemônicas, ancestralmente isoladas, elitistas, habitantes das altas torres, a quem caberia emprestar legitimidade ao modo de ser, estar e fazer das aspirações populares. Autores como Boaventura de Sousa Santos (obra “Pela mão de Alice” 2000) observa que uma das formas da universidade – leia-se o pensamento elitizado - se democratizar, quebrar sua alienação é se reinventar, refletir, dialogar abertamente com a sociedade, atuar efetivamente na concepção, ação e construção de saberes. Uma sociedade aberta, plural, cívica, crítica, onde as pessoas se reconhecem sujeitos, construtores, responsáveis social e politicamente pelo seu destino, constituidores reais de sua Nação-Pátria.

Valiosíssimo nosso acervo de conhecimento nas áreas de fitoterapêutica, gastronomia, música, artesanato, arte popular, saberes, tradições, costumes, festas populares, a ser formatado, organizado, trabalhado. Inadiável o desenvolvimento de pesquisas históricas, de documentos, exploração e reconhecimento das fontes de informação, inclusos depoimentos orais, iconografia e afins. Ideias simples, de cunho popular, que, postas em prática, compartilhadas, geram resultados, sustentabilidade. Receitas culinárias típicas, oriundas dos cadernos de nossas avós e frutos de nossa secular riqueza gastronômica, podem se tornar um filão econômico, haja vista o exemplo de cidades de nossa região (São Tiago). Assim o artesanato têxtil (Resende Costa), o de pedra (Cel. Xavier Chaves) de couro (Prados/Dores de Campos), apenas a título de exemplo e que, aliados ao turismo, tornam-se propulsores carros-chefe da economia regional. Muitos descreeram e ainda descreem da importância de nossas tradições, incluindo doutos, taxando de utópica sua ativação econômica. Ai está o seu real valor. “Se uma ideia não parece absurda no primeiro momento, então não há esperança para ela” (Albert Einstein).

A cultura popular compõe a consciência nacional e pode instrumentalizar, transubstanciar, transformar social e economicamente todo o País, daí a necessidade de ser repensada, eivada em práticas coletivas, potencializadoras, reflexivas, afirmativas ante o elitismo pernóstico, artificialista de ideólogos, de todos os naipes, que, há séculos nos ditam regras, nos regem o leme, nos levando à matroca. Além das elites, a população deve ser agente dos processos de desenvolvimento, mediante o compartilhamento e a intersecção com as conceituações acadêmicas e eruditas. A sociedade deve assumir sua condição de criadora, refletora, gestora e não apenas receptora - e muitas vezes menosprezada, espoliada - das expressões culturais. **R**

A arte de costurar para celebrações de 1ª COMUNHÃO, CASAMENTO E FESTAS



Ao final do mês de novembro era notória a preocupação dos catequizandos que estavam na última etapa em preparação para receber a 1ª Eucaristia. As catequistas cobrando o aprendizado e “decoreba” da folha de orações contendo inúmeras orações como: Pai Nosso, Ave-Maria, Profissão de Fé (Credo), Salve Rainha, os 10 Mandamentos da Lei de Deus, os 05 Mandamentos da Igreja, Ato de Contrição, Santo Anjo, Sacramentos etc. Como fazer para saber tudo isso “de cor e salteado”? As crianças passavam o maior aperto. Diziam dar um



frio na barriga com medo do Monsenhor Eloi pedir para rezar alguma oração maior ou perguntar algo que não soubessem responder. Mas as catequistas, já de longa experiência, preparavam muito bem as crianças. Os pais preocupados em casa cobravam e pediam aos irmãos que fizessem a sabatina da folha de orações com os outros irmãos catequizandos.

Decorar orações, finalizar uma etapa, adquirir a vela, o terço, o livrinho de orações, fazer o tradicional bolo com um cacho de uvas em cima e o desenho de um cálice, chamar os padrinhos de batismo para estarem presentes naquele dia especial, fazer a roupa da celebração era tudo esperado e místico. O momento era tão especial que parecia ser uma festa de casamento para quem iria receber pela 1ª vez a Comunhão – Jesus na Hóstia Santa.

A roupa, quem deixava para fazer nos últimos dias, passava um grande aperto em conseguir uma costureira. Embora tivesse até um número razoável de profissionais, o preço também variava. Havia para todos os gostos, no Cerrado, Centro, Cruzeiro e cada costureira tinha a sua peculiaridade. Eram elas, as senhoras: Cecília do Peixe, Téco do Jairo Navarro, Fiiha do Zé Juca, Antônia da Percília, Antônia do Moreno, Romilda do Dizolino, Morena do Jessi, Valdete Assis (Dedé), Lília do Zé da Aguada, Zeca do Rafael, Rolimã, Maria das Candeias (Lica - morava com a mãe do Pe. Nilson, era deficiente, não andava, costurava sentada ao chão com a máquina de mão em cima de um caixote), Maristela, Paulina, Célia Marques, Ângela, Fátima da Rosalina, Dora (mãe do Dandã), Maria do Carmo Caputo (filha da Zeca do Rafael), Guilhermina (mãe do Zé Tico-Tico), Arlete (irmã do Renato da Serraria), Marli do Cará, Emiliana, Euléia do Antônio Nilson, Darc (mãe da Cida do Nardo), Maria do Álvaro, Maria do Abel... E os alfaiates: Miguel da Natinha, José Augusto (pai do Mozar), Bibi Alfaiate (pai da Rugerma), Geraldo do Coccoza, Zé Alexandre, Vadinho (marido da Irene Caputo), Miguel Caputo (Miguel da D. Rosália), Deusdete, Valdeci e Abel Alfaiate.

Valdete Assis era uma costureira muito especial. Começou o ofício ainda bem nova, quando fez o curso de corte e costura com a dona

Maria de Lourdes Assis Barros (Lulu) no Salão Paroquial junto a outras jovens. D. Valdete com um sorriso largo e de uma meiguice e tanto ajudava a muitos com seu dom de costurar. Às vezes, estava tão apertada com tantas costuras, mas não deixava de pegar mais uma roupa, no último caso, para ser feita, a fim de ajudar quem precisava. Preocupava-se tanto com as pessoas principalmente com as que lhe explicava a situação: “Custei para comprar o tecido, por favor, faça a roupa para mim”. “Não estou achando mais vaga nas costureiras.” O seu grande coração não deixava de lado os pedidos. Para casamentos recebia várias encomendas de vestidos diversos, costurava calças e camisas; os paletós deixava para o colega de profissão Abel Alfaiate que também foi um destaque na comunidade, confeccionando os ternos, sobretudo, para os políticos e noivos.

A Festa de Agosto movimentava toda a cidade e as costureiras pegavam muitas costuras, trabalhavam até tarde da noite para dar conta da obrigação, cumprir com os compromissos e pagamentos com despesas de casa e talões de água e luz.

Uma vez, D. Valdete foi dormir de madrugada devido ter que fazer a sua própria roupa para sair no dia da Festa de 15 de agosto, pois não conseguiu fazer em dias anteriores, pois havia pegado muitas costuras. Depois com o fim da Festa de Agosto, na Festa do Senhor São Tiago também trabalhava muito, isso sem contar os casamentos e roupas para a celebração da 1ª Comunhão.

Naquela época, por volta das décadas de 80 e 90 eram muitas crianças em várias localidades para receber a 1ª Eucaristia. As celebrações aconteciam em vários setores da cidade,

em um único domingo de dezembro: 7h da manhã na Capela da Vila Ozanam; 8h na Capela do Rosário e 10h na Matriz para os catequizandos do Centro e Cruzeiro. As crianças de certa forma quando não pediam o traje emprestado, a maioria mandava fazer. Meninos de calça de tergal azul-marinho, blusa branca de manga comprida, gravatinha borboleta e as meninas blusa branca de manga comprida, saia branca de pregas e meias brancas. Todas as crianças ali acompanhadas de seus pais, padrinhos, amigos e catequistas numa grande festa, com o coração cheio de júbilo e alegria, ansiosos para receber pela primeira vez a Sagrada Comunhão Eucarística.



Marcus Santiago
Membro do IHGST/ALSJDR

CINQUENTENÁRIO DA LEI Nº 5764/71

Lei do Cooperativismo



Em 16 de dezembro de 1971, em pleno regime militar, era promulgada a Lei nº 5764/71 que definia a política nacional do Cooperativismo e instituía o regime jurídico das sociedades cooperativas. Um marco em nossa história cooperativista! Negligenciado por muitos setores da sociedade, inclusive nos meios político, econômico e acadêmico, com escassa a publicação de obras sobre o movimento, o Cooperativismo vê recrudescido, nos últimos tempos, o interesse geral a seu respeito em todo o mundo, dada a sua filosofia desenvolvimentista, humanista, social e economicamente incluyente.

A promulgação da Lei n. 5764/71 iniciaria no Brasil um período de renovação e fixação da doutrina cooperativa, com maior ênfase para a diminuição da intervenção estatal. Segundo Guilherme Krueger “a coerência e a consistência do regramento estrutural e operacional das cooperativas pela lei, logrou alcançar seus objetivos: reverter a tendência do encolhimento do sistema cooperativo. Sob a égide da Lei n. 5764/71 (...) o cooperativismo voltou a prosperar” (“A disciplina das cooperativas no novo Código Civil – a ressalva da Lei 5764/71” – constante do livro “Problemas atuais do Direito Cooperativo” Renato Lopes Becho, Dialética, pp. 105)

Promulgada sob o regime militar, a Lei 5764/71 sofreria alterações quando da promulgação da Constituição Federal 1988 que eliminou alguns de seus dispositivos como a exigência de autorização do poder público para seu funcionamento, bastando hoje que seus atos sejam arquivados na Junta Comercial para que ela adquira personalidade jurídica. As cooperativas se constituem pela vontade soberana de “pessoas que reciprocamente se obrigam a constituir, com bens ou serviços, para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro” (art. 3ª da Lei 5764/71)

Em suma: uma sociedade de pessoas com dupla qualidade – a contribuição do associado com bens ou serviços e a contribuição da sociedade cooperativa prestando serviços aos seus associados, que se tornam – e são – os beneficiários dos bens e destinatários principais de seus serviços. Outra grande inovação da lei é a conceituação do ato cooperativo, fruto das operações entre associado e cooperativa, sem finalidade de lucro ou viés comercial, portanto, isento(s) de tributação, malgrado a voracidade fiscal e a insegurança jurídica reinantes no País.

A legislação vigente, que teria o reforço da LC 130/2009, mormente na área creditícia, correlaciona toda a constituição estatutária, englobando relações de capital, fundos sociais, direitos e deveres dos associados, órgãos sociais (Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva), assembleias gerais, bem como critérios de distribuição de despesas operacionais da sociedade, prejuízos e afins. A Lei n. 5764/71 admitiria, por sua vez, o fornecimento de bens e serviços, em situações especiais, a terceiros (não associados), motivo de polêmica e conflito, em especial na área de crédito, mormente em regiões interioranas onde inexistia o atendimento de bancos co-

merciais e oficiais.

O cooperativismo eclode, no alvorecer do século XXI, em meio às incertezas

e ao desalento advindos dos problemas sociais e econômicos crônicos e ainda sanitários (pandemia) e ambientais, como um farol, um condutor apto a promover soluções de harmonização social. Surgida formalmente em inícios do século XIX, com os “Pioneiros de Rochdale”, que cultivavam, dentre outros elevados propósitos, a redenção econômica de si mesmos e em sua acepção mais ampla, a busca de solução pacífica das questões sociais, dispõe a doutrina cooperativista – em suas extensões social, econômica, cultural, histórica, ambiental – de amplas condições solucionadoras e impulsionadoras do desenvolvimento sustentável. A junção de forças comuns, ou seja de pessoas, a partir das aspirações e desafios locais, permite agregar e agigantar recursos, por menores que possam parecer, provendo-se soluções que geram renda, emprego, inclusão social, promoção humana, e com isso a minimização de dramas que laceram assiduamente o tecido social.

As cooperativas estruturam-se em bases de sustentação social (grupos de associados) com objetivos de alavancar resultados econômicos de interesse comum, distinguindo-se assim, por força de sua filosofia humanista, da legislação pertinente às empresas comerciais voltadas estas tão somente para o lucro.

Grande, inolvidável seria o caminho percorrido pelo cooperativismo brasileiro até a promulgação da Lei n. 5764/71. Voltemos no tempo. O decreto n. 979 de 06-01-1903 facultava aos agricultores e profissionais das indústrias rurais a organização de sindicatos para fins de defesa de seus interesses. O artigo 10 do citado decreto autorizava aos sindicatos a organização de caixas rurais e ainda de cooperativas de produção e consumo. Não especificava, todavia, as normas de organização, regulação e funcionamento dessas instituições. O decreto n. 1637 de 05-01-1907 esclarecia que as sociedades poderiam ser anônimas ou em nome coletivo. As sociedades cooperativas seriam regidas pelas seguintes características: a) variabilidade do capital social; b) limitação do número de sócios; c) inacessibilidade das ações, quotas ou partes a terceiros estranhos à sociedade; d) as sobras, após a destinação de 10% para o Fundo de Reserva, deviam ser distribuídas em duas partes iguais: uma proporcional ao capital e outra em partes iguais entre os associados. Em 08-09-1925 criava-se a primeira central brasileira a “Central das caixas rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul – Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada” hoje SICREDI METROPOLIS.

Um sistema que cresce, se profissionaliza, se estrutura organicamente em plena viabilidade e visibilidade, gerando desenvolvimento e sustentabilidade socioeconômica à comunidade pátria!

ARTIGO DA HUMANIDADE

1- J.D.N.
Jardim De Deus É Nosso

2- Volta Já!
Dia 29 De Fevereiro

3- Restaurante Pais E Filhos
Onde A Família Como De Graça

4- Fechado Para O Almoço
E Para O Jantar Também

5- Prato Do Dia
Feijoado Com Tutu

6- Amanhã Não Vamos Trabalhar
Será 1º De Maio

7- Fechado Para Balanço
Nosso Patrão Está Na Gangorra

8- Não Vendemos Fiado
Somente Retalhos

9- Aqui Assa – Biscoito
Churrasco E Frango

10- Temos Pão Dormido
Que Sobrou Com A Broa

*Autor: Tiago do Rosário Mendes Santiago –
Tiago do Béco*



Sou o veloz animado bater de asas / de tranquilos pássaros em voo circular

NÃO FIQUES JUNTO DE MEU TÚMULO A CHORAR

Por Francisco José dos Santos Braga

CONTEXTO HISTÓRICO

Mary Elizabeth Frye (1905-2004) foi uma poetisa norte-americana que ficou conhecida hoje quase exclusivamente por ter escrito um único poema, "Não fiques junto de meu túmulo a chorar" em 1932 e, apesar disso, ele se mantém o mais popular em língua inglesa. Ela o escreveu especificamente para uma jovem judia alemã chamada Margaret Schwarzkopf que vivia com Frye e seu marido e estava desolada com a morte de sua mãe, que morava na Alemanha. Frye escreveu o poema do ponto de vista da mãe da jovem enlutada, a fim de dar esperança e conforto a essa filha que tanto sofria. Em 1939, o Congresso dos EUA publicou o poema para o serviço memorial dos Veteranos da Guerra Espanhola Unidos sem atribuir-lhe a autoria. O efeito do poema foi monumental. Ele impactou todos os leitores que já perderam um ente querido. Este poema não só ofereceu conforto à jovem para quem foi escrito, mas também a milhões de leitores em todo o mundo.

O POEMA EM PORTUGUÊS

Eis minha tradução de "Do not stand at my grave and weep" por Mary Elizabeth Frye:

Não fiques junto de meu túmulo a chorar.
 Não estou aí, nem estou dormindo.
 Sou milhares de ventos que sopram.
 Sou as fagulhas diamantinas na neve.
 Sou o raio solar no trigo maduro.
 Sou a chuva suave de outono.
 Quando acordas no silêncio matinal,
 sou o animado veloz bater de asas
 de tranquilos pássaros em voo circular.
 Sou o doce brilho estelar noturno.
 Não fiques junto de meu túmulo a chorar.
 Não estou aí, nem morri.

O POEMA EM INGLÊS

Do not stand at my grave and weep.
 I am not there. I do not sleep.
 I am a thousand winds that blow,
 I am the diamond glints on snow,
 I am the sunlight on ripened grain,
 I am the gentle autumn rain,
 I am the swift uplifting rush
 Of quiet birds in circled flight.
 I am the soft star-shin eat night.
 Do not stand at my grave and cry.
 I am not there. I did not die.

ANÁLISE DO POEMA

O poema é composto de 12 versos, rimando em dísticos. Cada linha é constituída de um tetrâmetro jâmbico, exceto as linhas 5 e 7: a 5ª com uma sílaba extra; e a 7ª, com duas extras.

A primeira linha do "Não fiques junto de meu túmulo a chorar" revela um protagonista por trás da voz de alguém que está no pós-vida. O que intriga o leitor é o tom de autoridade que a frase é dita, como de alguém que sabe o que é morrer, e no-lo anuncia do além-túmulo. Essa linha não é de apelo ou sugestão, mas de comando. Ela ordena a seus enlutados que não chorem.

Na linha 2, novamente a voz autoritária argumenta: não adianta chorar por mim, pois "não estou aí, nem estou dormindo". Com essas sentenças assertivas o protagonista mostra que possui autoridade neste assunto e que não cabe questionar se há ou não vida pós-morte.

Nas linhas 3-9, o protagonista muda o tom, de autoritário que tinha sido até então, para outro que ofereça conforto e que tranquilize os leitores. Para isso, convida-os a descobrir onde eles podem encontrá-lo: nos "ventos que sopram" e nas "fagulhas diamantinas na neve". Podem ainda senti-lo no "raio solar" e na "chuva de outono". Esses foram os elementos da natureza em que os enlutados podem encontrar a sua alma. Além disso, o protagonista ainda enumera as situações em que é possível sentir a sua presença física: nos sons dos pássaros em seu voo circular (linhas 8 e 9), no silêncio da manhã (linha 7) ou no doce brilho dos astros (linha 10).

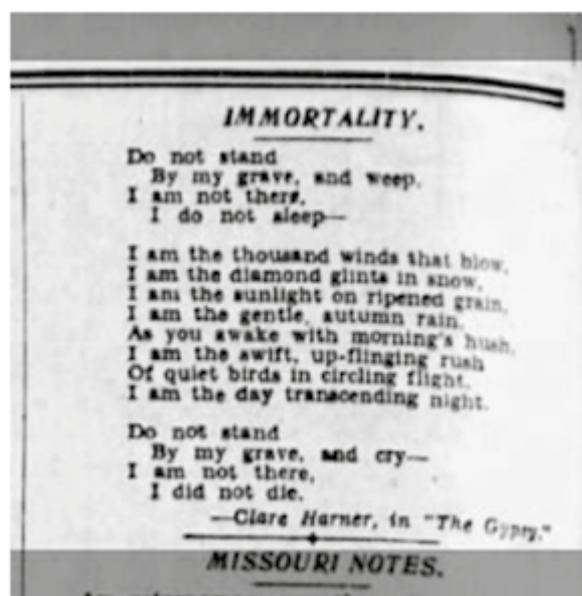
Nas linhas 11-12, o protagonista retoma o tom de comando inicial, modificando apenas o fechamento do poema, esclarecendo que sua alma está viva ("não morri"), recomendando ao leitor que não deve procurá-la na campa fria, e sim, a partir de agora, pode ser vista ou sentida em todos os lindos elementos da natureza.

AUTORIA CONTROVERSA

"Não fiques junto de meu túmulo a chorar" é o primeiro verso e título popular de um poema de luto de autoria realmente controversa. O poema foi popularizado no final dos anos 1970 graças a uma leitura de John Wayne que inspirou outras leituras na televisão. Durante o final da década de 1990, Mary Elizabeth Frye afirmou ter escrito o poema em 1932. Isso foi supostamente confirmado em pesquisa de 1998 conduzida para a coluna do jornal, "Dear Abby" (Pauline Phillips).

No entanto, o jornal de Oxford, "Notes and Queries", publicou um artigo de 2018 afirmando que o poema, originalmente intitulado "Immortality", foi de fato escrito por Clare Harner Lyon (1909-1977) e publicado pela primeira vez com seu nome de solteira (Harner) na edição de dezembro de 1934 da revista de poesia The Gypsy no jornal Kansas City Times. O poema teve uma reedição no mesmo jornal em 8 de fevereiro de 1935, p. 18.

Cf. imagem dessa reedição: <https://www.newspapers.com/image/649187665/>



FAMÍLIA MARTINS TEIXEIRA

A tradicional família Martins Teixeira de nossa região descende, segundo estudiosos, de Antonio Martins Teixeira, português natural da freguesia de São Pedro de Serva, Cabeceiras de Basto, arcebispado de Braga, filho de Marcos Teixeira Mota e Catarina Martins. Antonio migrou para o Brasil no segundo quartel do século XVIII, estabelecendo-se em nossa região, Casou aos 05/09/1750 na capela de São Gonçalo (Ibituruna) com Rita da Costa do Espírito Santo, natural da Candelária (RJ), filha de Domingos da Costa Manso e Teresa Maria de Santa Clara, sendo testemunhas Manoel Botelho e Simão da Cunha Guimarães, solteiros.

Filhos do casal Antonio Martins Teixeira/Rita da Costa

1. Rita Maria de Jesus, batizada aos 03/10/1762 na capela de São Gonçalo de Ibituruna; casou aos 09-08-1783 com José Machado de Andrade, filho de José Machado Neto e Rosa Margarida de São José (família José de Andrade Braga)

2. Mariana Rosa de Jesus, batizada aos 13-07-1768 na capela de São Gonçalo de Ibituruna; casou aos 22-10-1784 com José Gonçalves de Mello, filho do Cap. João Gonçalves de Mello e sua segunda mulher Ana Quitéria de Souza.

3. Antonio Martins Teixeira – casou aos 27-11-1790 na capela de Bom Jesus dos Perdões da Mata com Joana Teresa de Jesus, natural da freguesia de Antonio Pereira, filha de Ventura Pereira e Izabel Maria de Jesus

4. Rosa, batizada aos 25-06-1769 na capela de São Tiago – padrinho Manoel da Costa Afonso

5. Manoel, batizado aos 30-03-1774 na capela de São Tiago – padrinhos Manoel José de Barros e Maria Josefa.

Outro “Teixeira” morador da região foi Bento de Jesus Teixeira, natural do Algarve, filho Lourenço Teixeira e Andreza de Jesus, casado com Antonia Ribeiro da Silva, proprietários da Fazenda Capão das Flores. Bento faleceu aos 24-08-1772. Os Martins Teixeira compõem vários clãs em nosso Estado – assim os “Teixeira de Souza”, “Teixeira de Carvalho”, os “Araujo Martins”, “Teixeira de Castro”

Em nossa comunidade, registre-se a laboriosa família do sr. Geraldo Martins Teixeira c/c D. Emília da Mata Teixeira, já falecidos, de larga descendência e notáveis serviços prestados à coletividade.

O ramo “Martins Borges” peculiar a Bom Sucesso e municípios adjacentes provém dos irmãos Mateus Homem Borges e André Martins Borges, oriundos da freguesia de Santa Bárbara, Ilha Terceira, que se instalaram na região de Bom Sucesso e São João Batista na primeira metade do século XVIII (Projeto Compartilhar – Família “Martins Borges”) Ver, a respeito, matéria sobre o sesmeiro Manoel Fernandes dos Santos, neste boletim.

DISSEMINAÇÃO DOS TEIXEIRAS NO BRASIL

Tradicionalmente se considera que os Teixeiras chegaram ao Brasil ao final do século XVIII, aparentemente com as famílias Góis e Mello, para algum tempo depois unificar-se como um sobrenome único de família. Inicialmente se estabeleceram na cidade de Recife, em Pernambuco, partindo depois para o interior do Ceará, onde se instalaram em Mombaça, cidade do sertão central. Nesta região esta família teve notável participação na política e na economia, e gerando uma considerável descendência, a qual teve continuidade por meio das famílias Castelo e Benevides.

Em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, encontramos diversas referências a famílias Teixeira, entre as quais podemos destacar:

MARTINS TEIXEIRA10

A família Martins Teixeira tem suas primeiras referências documentais no Brasil, indicando como seu patriarca, Antonio Martins Teixeira. Ele era natural da Freguesia de São Pedro de Serva de Cabeceiras de Basto, Distrito de Braga, e filho natural de Marcos Teixeira Mota e de Catarina Martins.

Na metade do século XVIII, Antonio migrou para o Brasil. Ele se casou (1750) na capela de S. Gonçalo, filial da matriz de S. João del Rei, com Rita da Costa do Espírito Santo, esta natural da Candelária do Rio de Janeiro e filha natural de Domingos da Costa Manso e de Teresa Maria de Santa Clara.

TEIXEIRA COELHO11

A família Teixeira Coelho tem suas primeiras referências documentais no Brasil, indicando como seu patriarca, Antonio Teixeira Coelho (? , Braga – 1783, Barbacena). Antonio Teixeira Coelho era filho de João Teixeira Marinho e de Joana Coelho.

Antonio Teixeira Coelho casou-se (1762) com Maria de Mendonça (? , Sumidouro – 1790, Barbacena), na capela de N. S. do Curral, filial da Matriz de N. S. da Piedade da Borda do Campo, Minas Gerais. Maria de Mendonça era filha de Manoel Lopes Guimarães e de Ana da Graça. Depois disso, o casal fixou residência em Barbacena, onde batizaram e criaram seus filhos e onde ambos faleceram.

TEIXEIRA MARINHO12

Conforme primeiras referências documentais no Brasil, o patriarca desta família é João Teixeira Marinho. Ele nasceu na Freguesia de Santo André de Telões, Distrito de Braga, e era filho de João Teixeira Marinho e Micaela Maria de São Gonçalo.

João Teixeira Marinho casou-se (1761) em Aiuruoca, Minas Gerais, com Inácia Maria de São José, natural de São João del Rei, filha de Antonio do Valle Ribeiro e de Rosa Maria de Jesus, sendo neta paterna de André do Valle Ribeiro e Teresa de Moraes. João faleceu em Madre Deus do Rio Grande, na Fazenda “Dois Irmãos” (1807).

TEIXEIRA DE CARVALHO13

Os primeiros registros oficiais desta família referem-se não ao seu patriarca, mas à sua filha, Maria Teixeira de Carvalho (? , Lagoa Dourada – 1822, Vila de São José). Ela era filha de Domingos Teixeira de Carvalho e de Luiza da Costa Ferreira (ou Ferreira da Costa). Domingos Teixeira de Carvalho faleceu no estado de viúvo e teve seu inventário aberto (1783) por seu sobrinho, Manoel Alves Teixeira. No decorrer do processo, Maria se apresenta como filha de Domingos e, através de libelo civil, habilita-se à herança. Desta forma, conclui-se que ela seria filha natural e não legítima, como declara em seu próprio testamento: “Sou natural da Lagoa Dourada e da sobredita freguesia de Prados, filha legítima de Domingos Teixeira de Carvalho e de Luiza da Costa Ferreira”.

Maria casou-se primeiro com João de Miranda Ramalho (? , Porto – 1778, Lagoa Dourada) de quem teve cinco filhos, todos eles denominados Miranda Ramalho. João

era filho de Manoel Antonio e Ana Gonçalves de Miranda. Maria era viúva na ocasião do inventário paterno e nessa condição teve um filho natural, que carregou o seu nome de família. Maria casou-se (1795) novamente em Lagoa Dourada, com Bento Gonçalves da Costa (? , Braga – 1822, Vila de São José) filho legítimo de Manoel Gonçalves da Costa e de Simoa da Costa. Não houve filhos deste casamento.

TEIXEIRA DE SOUZA14, 15

Conforme os registros documentais pesquisados, esta família teve início em Conceição da Barra, pelo casamento do patriarca Cap. Francisco José Teixeira com Ana Josefa de Souza Monteiro.

O Capitão Francisco José Teixeira (1750 – 1780), minerador no Rio das Mortes, Minas Gerais, era natural da Freguesia de São Tiago de Ourile, Braga, filho legítimo de Belchior Gonçalves e Elena (ou Helena) Teixeira. Ele casou-se (1774), na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, com Ana Josefa Martins, depois referida como Ana Josefa de Souza ou de Souza Monteiro (1758, São João del Rei – 1808, Conceição da Barra), filha de André Martins Ferreira e de Maria de Souza Monteiro. Foram proprietários da Fazenda da Ilha, em Conceição da Barra. Francisco José e Ana Josefa tiveram vasta descendência. Entre seus filhos, destaca-se o Barão de Itambé, Francisco José Teixeira (1780, Conceição da Barra de Minas – 1866, Vassouras), patriarca do clã dos Teixeira Leite de Vassouras, Rio de Janeiro. São seus filhos:

1. Ana Esméria Teixeira de Souza (1775, Conceição da Barra – 1842, Conceição da Barra) – Ana Esméria era a primogênita do Capitão Francisco José Teixeira e Ana Josefa de Souza Monteiro. Casou-se aos treze anos (1788) em Conceição da Barra, com Manoel da Costa Rios (1758 – 1812), nascido na localidade de Ventorella, Porto, filho legítimo de João da Costa Rios e de Josefa Ferreira Carneiro. Ana Esméria e Manoel tiveram os seguintes filhos:

Ana Josefa de Souza
Felicidade Perpétua do Sacramento
Maria Josefa de Souza
Francisca Bernardina Ferreira Leite
Manoel Ferreira Leite
Inácia Ferreira Leite
Cândida Esméria de Souza
Constância Perpétua de Souza

2. Josefa de Souza Monteiro (1775, Conceição da Barra – ?), segunda filha do casal Francisco José Teixeira e Ana Josefa de Souza Monteiro, ela tinha treze anos quando foi feito o inventário do pai (1788). Ela se casou (1792) em Conceição da Barra, com o Capitão Manoel Ferreira Leite, nascido em Nazaré (1766). Manoel era morador de São João del Rei, onde foi tesoureiro e mesário da Irmandade do Santíssimo Sacramento e onde construiu a Ponte do Rosário sobre o Rio Lenhoso. Manoel e Josefa tiveram os seguintes filhos:

Ana Josefa de Souza
Felicidade Perpétua do Sacramento
Maria Josefa de Souza
Francisca Bernardina Ferreira Leite
Manoel Ferreira Leite
Inácia Ferreira Leite
Cândida Esméria de Souza
Constância Perpétua de Souza

3. Antonio José Teixeira (1779, Conceição da Barra – ?, 1808, Conceição da Barra). Antonio José Teixeira tinha nove anos na abertura do inventário de seu pai Capitão Francisco José Teixeira em 1788. Casou-se (1802) com Josefa Joaquina da Silva Moura na Matriz do Pilar. Na mesma cerimônia casaram também seu irmão Francisco José Teixeira e Francisca Bernardina do Nascimento, futuros Barões de Itambé. Josefa Joaquina era filha do Dr. Joaquim da Silva Tavares e Luzia Perpétua de Moura.

4. Francisco José Teixeira, o Barão de Itambé (1780, Conceição da Barra – 1866, Vassouras), casou-se (1802) em São João del Rei com Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, filha do Sargento-Mor José Leite Ribeiro e de Escolástica Maria de Jesus. Em 1846, foi agraciado por carta imperial com o título de Barão de Itambé. Francisco José e Francisca Bernardina tiveram os seguintes filhos:

a) José Eugenio Teixeira Leite (1803, Conceição da Barra – ?) casou-se (1835) com Maria Guilhermina Cândida Teixeira, sua prima. Tiveram os seguintes filhos:

José Eugenio Teixeira Leite Filho
Francisco Leopoldo Teixeira Leite
Maria Teixeira Leite (1846-1896), casada com o primo Carlos Artur Teixeira Leite, filho do Barão de Vassouras.

João Teixeira Leite
Francisca Teixeira Leite, casada com o primo João Evangelista Teixeira Leite.
Ana Teixeira Leite, segunda mulher do primo e cunhado João Evangelista Teixeira Leite. Em seguida, após enviuvar, casou-se com Ana Alexandrina Leite Guimarães, com quem teve os seguintes filhos:

Alfredo Carlos Teixeira Leite (1852 – 1896), casado com Francisca Alves Barbosa.
Cristina Teixeira Leite (1854 – 1936), casada com o Dr. Alfredo Maria Adriano d'Escrag-nolle Taunay, Visconde de Taunay, (1843-1899)
Afonso Teixeira Leite (1855 – 1874)

Leopoldo Teixeira Leite (1859 – 1932), casado com Inês Figueira de Melo.
Eugenia (1865 – 1934), casada com Augusto Carlos da Silva Telles.
Francisco José (1870 – 1885);
Margarida, casada com Feliciano Duarte Penido.

b) João Evangelista Teixeira Leite (1807, Conceição da Barra), casou-se (1837) com Ana Bernardina de Carvalho (1816 – 1851), filha do 1º Barão do Amparo. Tiveram os seguintes filhos:

João Evangelista Teixeira Leite, casado primeiro com Francisca Teixeira Leite, e depois com Ana Teixeira Leite (vide acima).
Francisco Augusto Teixeira Leite
Amélia Eugênia Teixeira Leite, casada com o tio Joaquim Gomes Leite de Carvalho, 2º



Custódio Martins Ferreira

Barão do Amparo.

Francisca Bernardina Teixeira Leite batizada na Matriz do Engenho Velho, Rio de Janeiro, casada com Francisco Belisário Soares de Souza.

Ana Bernardina Teixeira Leite, casou-se (1864) no Rio de Janeiro com Cândido José Rodrigues Torres, Barão de Itambi (Brasil) e Visconde de Torres (Portugal).

c) Mariana Alexandrina Teixeira Leite (1808, Conceição da Barra – 1842, São João del Rei), casou-se (1827) com Batista Caetano de Almeida (1797 – 1839). Tiveram os seguintes filhos:

- Mariana Teixeira Leite casada com o tio Carlos Teixeira Leite (vide abaixo)
- Emília Dorner de Almeida, casada com o primo Francisco Teixeira Leite Guimarães.
- Batista Caetano Teixeira de Almeida, nascido em 1832, casou-se com Luiza Augusta Guimarães.
- Manoel Furquim Teixeira Leite de Almeida
- Francisca Bernardina Teixeira de Almeida, casada com Custódio Leite de Abreu
- Antonio Carlos Teixeira Leite (1810, Conceição da Barra – 1810, Conceição da Barra), casou-se pela primeira vez com a prima Mariana Jesuína Teixeira e depois com Umbelina Cândida Teixeira, sua cunhada. Segundo Armando Vidal Leite Ribeiro, teria tido filhos com a primeira mulher, e teve também os seguintes filhos com a segunda:



Francisco Matins Ferreira

- João Olímpio Teixeira Leite
- Antonio Carlos Teixeira Leite
- Custódio Teixeira Leite Sobrinho, casado com a prima Francisca de Brito Teixeira Leite.
- Umbelina Teixeira Leite, casada com o Barão de São Geraldo.
- Ernestina Teixeira Leite, casada com o primo Alfredo Leite Ribeiro.
- Carlos Alberto Teixeira Leite, casado com a prima Mariana de Abreu Teixeira Leite.
- Jorge Luiz Teixeira Leite, casado com Julia da Silva.
- Luciano Arnaldo Teixeira Leite.
- Joaquim José Teixeira Leite (1812, Conceição da Barra – 1872, Rio de Janeiro), casou-se (1847) com Ana Esméria Correia e Castro, filha do Barão de Campo Belo. Tiveram as seguintes filhas:

Francisca Teixeira Leite

Eufrásia Teixeira Leite (1850 – 1930). Herdou de seu pai, entre outros bens, a chácara da Hera em Vassouras. Viveu muitos anos em Paris, dizem que por causa de uma paixão por Joaquim Nabuco. Faleceu solteira, deixando um testamento controverso, que teve como resultado final, a apropriação dos seus bens pelo então ditador Getúlio Vargas, após uma complicada disputa judicial. Para que os seus sobrinhos em segundo grau não pudessem ter qualquer direito à herança, foi estabelecido através de um decreto do ditador Vargas que só teriam direito à herança, colaterais até segundo grau, conforme até hoje se pratica.

f) Carlos Teixeira Leite (1814, Conceição da Barra – ?) – Casou-se (1844) com a sobrinha Mariana Alexandrina Teixeira de Almeida, filha de Batista Caetano de Almeida e Maria Alexandrina, com quem teve os seguintes filhos:

- Mariana Teixeira Leite, casada com o primo Guilherme de Almeida Magalhães.
 Carlos Teixeira Leite, falecido solteiro.
 Luciano Teixeira Leite, casado com Ana de Sales Cunha. Em (1858) casou-se novamente, desta vez com a prima Carlota Augusta Teixeira, com quem teve os seguintes filhos:
 Francisca Teixeira Leite, casada com Manoel Pedro da Silva Bruhns
 Francisco José Teixeira Leite
 Ernesto Teixeira Leite, falecido na infância.
 Julieta Teixeira Leite, falecido na infância.
 Estefânia Teixeira Leite, falecido na infância.
 g) Ana Jesuína Cândida Teixeira Leite (1815 – ?), casada com o primo Luciano Leite Ribeiro, filho de Antonio Leite Ribeiro e Bernardina Constância de Barros. Não teve filhos, segundo Armando Vidal Leite Ribeiro.
 h) Maria Gabriela Teixeira Leite (1817 – 1883), casou-se (1844), em Conceição da Barra com o primo Francisco José Teixeira e Souza (1800 – ?), filho de Manoel Antonio Teixeira e Maria Esméria Cândida.
 i) Custódio Teixeira Leite (1819, Conceição da Barra – 1883, Nice) – Casou-se com a prima Tereza Vidal Leite Ribeiro. Tiveram três filhos, todos falecidos solteiros sem descendência.

TEIXEIRA PORTUGAL 16, 17

A origem da família Teixeira Portugal remete-se ao patriarca José Teixeira, (filho de Manuel Teixeira e Ana Teixeira) e Ana Maria (filha de Manuel Teixeira e Maria Teresa). Os dois casaram-se na Freguesia de São Miguel do Freixo de Cima, Concelho de Amarante, Porto em 30.03.1803 e foram pais de vários filhos dentre eles aqueles que deram origem à família Teixeira Portugal na região serrana fluminense, citados a seguir:

- José Teixeira (1806, Freixo de Cima – ?).
- Maria Teixeira (1809, Freixo de Cima – ?). Casou-se (1827) com Manuel Teixeira de Abreu, filho de Antônio Teixeira de Abreu e Eugênia Maria, da localidade de Ranhadouro e juntos tiveram os seguintes filhos:
 Antônio Teixeira de Abreu, (1834, Freixo de Cima – ?)
 Francisco Teixeira de Abreu, (1835, Freixo de Cima – ?)
 Joaquim Teixeira de Abreu, (1837, Freixo de Cima – ?), casado (1861, Santa Maria Madalena) com Maria Francisca de Jesus (? , Valão do Barro – ?), filha natural de Maria Joana de Oliveira
 Adam Teixeira de Abreu, (1838, Freixo de Cima – ?)
 Francisco Teixeira de Abreu, (1843, Freixo de Cima – ?)
 Domingos Teixeira de Abreu, (1845, Freixo de Cima – ?, São Fidélis), casado (junho de 1873, Santa Maria Madalena) com Laura Felícia de Gouveia (? , São Fidélis – ?) filha de Ana Felícia Gouveia.
- Manuel José Teixeira Portugal, nascido (1812, Freixo de Cima, Amarante – 1886, Freixo de Cima, Amarante). Conta-se que Manuel José Teixeira Portugal teria vindo para o Brasil

em 1822, tendo desembarcado no Porto da cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhou no comércio, tornou-se comprador e vendedor de ovos e aves. Atuando como mascate, deixou a cidade do Rio de Janeiro, indo à direção da então Freguesia da S. S. Trindade, hoje distrito de Japuiba, município de Cachoeiras de Macacu, ali se estabelecendo temporariamente, e onde conheceu Isabel Maria de Jesus (1817, Freguesia da S. S. Trindade – 1877, Freguesia da S. S. Trindade), filha de Francisco José da Silva e de Maria Josefa da Silva. Manuel José Teixeira Portugal e Isabel Maria de Jesus casaram-se (1832), na então Freguesia da S. S. Trindade (atualmente Igreja de Santana).

Como mascate, ele dedicou-se ainda ao comércio de armarinhos, tecidos, joias, etc., até chegar à região de Cantagalo (RJ) onde, com a esposa Isabel Maria de Jesus, trabalharam, como colonos, em lavoura de café. Mais tarde seguiram pelo caminho colonial em direção à Macuco e São Francisco de Paula para se estabelecerem definitivamente na área em que posteriormente teve início à cidade de Santa Maria Madalena. O desbravamento da Região de Santa Maria Madalena iniciou-se a partir do início do século XIX, por viajantes que buscavam alcançar a estrada que ligava Cantagalo a Macaé. Registros concretos, entretanto, surgiram apenas a partir de 1835 e mais precisamente a partir de 1840, com o apossamento de parte das terras existentes nas cabeceiras do Córrego São Domingos, então pertencentes a Cantagalo, pelo português Manuel José Teixeira Portugal.

Conforme pesquisa de registros no Almanaque Laemmert, em Santa Maria Madalena, Manuel José Teixeira Portugal foi padeiro (entre 1857 e 1858), proprietário de padaria (entre 1859 e 1864) e fazendeiro de café (entre 1857 e 1878). Após enviuvar, Manuel José Teixeira Portugal retornou a sua terra natal, passando a morar no lugar chamado Arrifana, onde, contraiu novo matrimônio (06.09.1885), desta vez, com Rosa Maria de Oliveira, filha de João de Oliveira e Maria Joaquina. Conta-se que Rosa Maria de Oliveira era enfermeira e, nesta condição, cuidou de Manuel José Teixeira Portugal, tendo ao final com ele contraído matrimônio. Na época, ela estava com apenas 23 anos e ele 73. O casamento, entretanto, durou pouco, pois 9 meses depois Manuel falecia, não havendo prole dessa união. De Manuel José Teixeira Portugal e Isabel Maria de Jesus houve uma vasta descendência, disseminada por todo o Rio de Janeiro, nas regiões Serrana, Norte Fluminense e adjacências.

- José Teixeira (1815, Freixo de Cima – ?)
- Custódia Teixeira (1817, Freixo de Cima – ?)
- Antônio Teixeira (1819, Freixo de Cima – ?)
- José Teixeira (1821, Freixo de Cima – ?)
- Rosa Teixeira (1823, Freixo de Cima – ?). Casou-se (1853) com José Carvalho, filho de Quitéria Ribeiro, natural da Freguesia de Santo André de Telões.
- Ana Teixeira (1825, Freixo de Cima – ?)
- José Teixeira Portugal Freixo (1828, Freixo de Cima – ?). No Brasil, ele adotou o nome de José Teixeira Portugal Freixo (Comendador), Portugal do país de origem e Freixo da então Freguesia, e também se instalou em Santa Maria Madalena, onde se casou (1858) com Laura Maria de Jesus (1830, Cantagalo – 1865, Santa Maria Madalena), filha do Cap. João de Souza Botelho (neta do patriarca João Machado Botelho) e Maria Joaquina de Jesus e viúva de Luis de Souza Coelho. Conforme pesquisa de registros no Almanaque Laemmert, em Santa Maria Madalena, José Teixeira Portugal Freixo foi Cônsul Geral de Portugal (de 1881 a 1883) e fazendeiro de café (entre 1859 a 1866, entre 1875 a 1878 e novamente de 1882 a 1883). José Teixeira Portugal Freixo foi ainda, em Santa Maria Madalena, Comendador da Ordem de Cristo, Vereador (1874), Delegado de Polícia (1875), Agente Consular de Portugal e Coronel da Guarda Nacional. Ainda solteiro teve um filho com Cândida Rosa de Castro, chamado Antônio (1856, Santa Maria Madalena – 1927, Jundiá). Este filho casou-se com Isabel Teixeira Cipriano, filha de José Teixeira Cipriano e Ana Teixeira Portugal. Antônio e Isabel tiveram os seguintes filhos:

- Adélia (1881, Santa Maria Madalena – ?)
 Maria do Carmo (1882, Santa Maria Madalena – ?)
 Alberto (1887, Santa Maria Madalena – ?)
 Dolores (1888, Santa Maria Madalena – ?)
 José, nascido em Santa Maria Madalena (?)
 Ana (1890 – ?)
 Alaíde (1896, Suzano – ?)
 Albertina (1897, Mogi das Cruzes – ?) e,
 Antônio (1899, Mogi das Cruzes – ?)
 José Teixeira Portugal Freixo casou-se (1858) pela primeira vez em Santa Maria Madalena com Laura Maria de Jesus. O casal teve três filhos:
 Manuel (1859, Santa Maria Madalena – 1859, Santa Maria Madalena)
 Maria (1860, Santa Maria Madalena – ?), casada com Manuel do Rego Pontes e,
 Isabel (1861, Santa Maria Madalena – 1951, Santa Maria Madalena) casada com o português Manuel Pereira da Estrela (1842 – 1912).



Donana

Tendo enviuvado (1865), José Teixeira Portugal Freixo casou-se novamente (1867), na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, com Maria de Jesus Ribeiro, (sobrinha de Laura), filha de Manuel Dias Ribeiro e Ana Maria de Jesus Serpa Ribeiro. O casal teve 10 filhos, gerando uma vasta descendência.

REFERÊNCIAS TOPONÍMICAS

BRASIL

Há 4 cidades no Brasil ligadas diretamente a este sobrenome:

- Teixeira (PB)
 Teixeiras (MG)
 Teixeira Soares (PR)
 Teixeira de Freitas (BA)
 Também existem localidades (bairros) com o nome de Teixeiras, sendo um em Juiz de Fora (MG), e o outro em Itaguaí (RJ).

PORTUGAL

- Teixeira, uma freguesia portuguesa do Concelho de Seia.
 Teixeira, uma freguesia portuguesa do Concelho de Baião.
 Teixeira, uma freguesia portuguesa do Concelho de Arganil, esta sim tradicionalmente conhecida como a origem ancestral da família Teixeira.

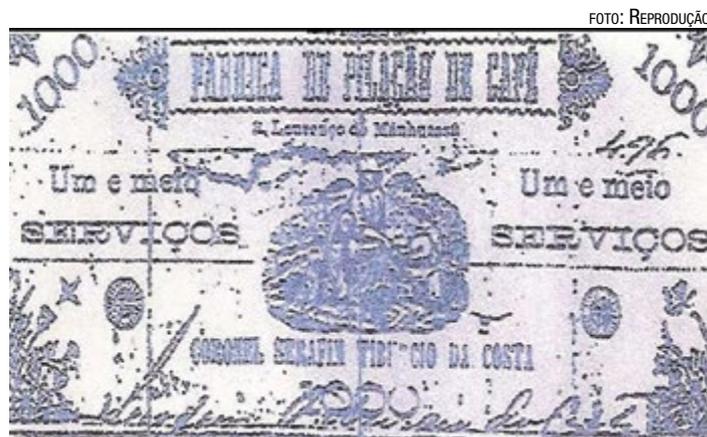


Um país dentro de Minas: a história da República de Manhuassu

A derrota política pela Prefeitura de Manhuaçu que levou a uma invasão armada e à criação de um país que teve até moeda própria, o boró

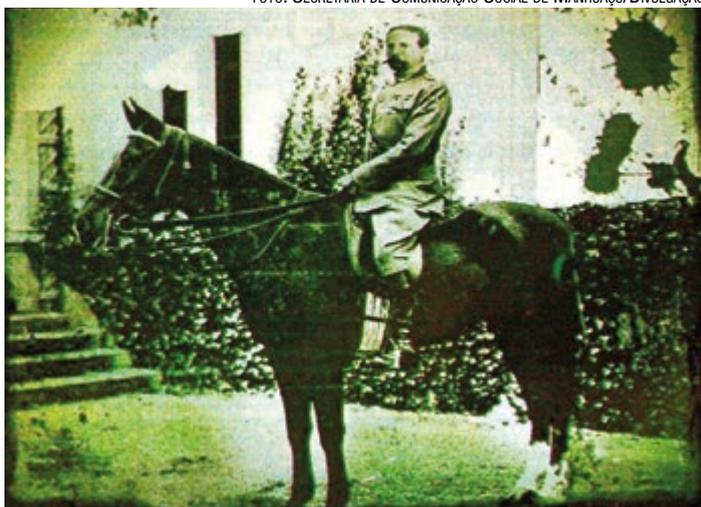
Você sabia que já existiu um país dentro de Minas Gerais? Essa história ocorreu em Manhuaçu, na Zona da Mata. Em 1896, o coronel Serafim Tibúrcio da Costa liderou um grupo de aproximadamente 800 homens armados na invasão da cidade. O bando decretou a região como um país independente: a República de Manhuassu. O país durou 22 dias, tempo que decorreu entre ocupação e a retomada da cidade mineira pelo Exército, e teve até moeda própria, o boró.

Além de delegado, o coronel era famoso na cidade por sua atividade de coletor de impostos. De acordo com pesquisa da Secretaria de Comunicação Social de Manhuaçu, durante o período em que morou lá, Serafim também acumulou denúncias de assassinato e outros crimes. Mesmo assim, chegou a ser



Cédula de 1.000 borós, a moeda criada nos 22 dias de existência da República de Manhuassu

FOTO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE MANHUAÇU/DIVULGAÇÃO



prefeito, no fim do século 19.

A reviravolta ocorreu quando ele tentou se reeleger, mas foi derrotado. Serafim Tibúrcio não se conformou com o resultado e partiu para a capital mineira para falar com o Governador do Estado, Crispim Jaques Bias Fortes, que não deu ouvidos à reclamação do derrotado.

Ao retornar, Serafim encontrou a região do Bairro Coqueiro completamente desabitada pelo então Coronel Nicolau da Costa Matos (Ex-chefe do Executivo, o 3º Prefeito), nomeado delegado de polícia pelo novo prefeito, o Vigário Odorico Dolabela. Os moradores do bairro seguiram Serafim Tibúrcio para fora do município, em entendimento que o coronel se mudaria para Caratinga de vez, dando término à sua vida política.

O coronel ficou fora de Manhuassu – na época o nome era

FOTO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE MANHUAÇU/DIVULGAÇÃO



CEL SERAFIM TIBÚRCIO DA COSTA
1892 - 1894

Coronel Serafim Tibúrcio teria retornado raras vezes a Manhuaçu, aparecendo de vez em quando, por ocasião das eleições municipais

escrito com "ss" – por mais de um ano, até retornar em fevereiro de 1896, acompanhado de mais de 20 cavaleiros.

“Ele se apresentou à prisão a fim de ser submetido a julgamento em processo que contra ele tinha sido instaurado e em que fora pronunciado por crime de morte. Submetido o processo a julgamento, foi absolvido e relaxado da prisão. Permaneceu então na cidade, com os indivíduos que tinham vindo em sua companhia e fez entrar na cidade avultado número de capangas recrutados nas matas de Garatinga e Peçanha. Com este séquito, ameaçou e afrontou as autoridades da comarca fazendo passear armados de carabina e garrucha seus companheiros e amigos”, diz um texto da prefeitura da época.

CONTROLE DAS "FRONTEIRAS"

Com a cidade sob domínio do coronel, as fronteiras foram fechadas e o território tomado por capangas. O Governador do Estado, Crispim Jaques Bias Fortes, “enviou força policial de 25 praças que não chegaram a alcançar a região de Rio Casca, pois foi rechaçada. Mais tarde, novo contingente de cem homens foi

enviado. Estes também não conseguiram penetrar, e, acabaram se deslocando para Carangola, onde tiveram a notícia de que Serafim Tibúrcio havia dominado a cidade e feito se aclamar governador ou presidente”, relatou o texto da prefeitura.

O governador então pediu ao Presidente da República, Prudente de Moraes, o auxílio para derrotar as forças do Coronel Serafim. O presidente enviou soldados do Exército e houve mortes nos conflitos.

Ciente de que o número de soldados das tropas federais era bem maior que o de pessoas envolvidas com sua causa, “o coronel desiste de lutar e ordena aos revoltosos que partam em direção ao Estado do Espírito Santo”. Com isso, a República Manhuassu terminou em 3 de junho de 1896.

A MORTE DE SERAFIM

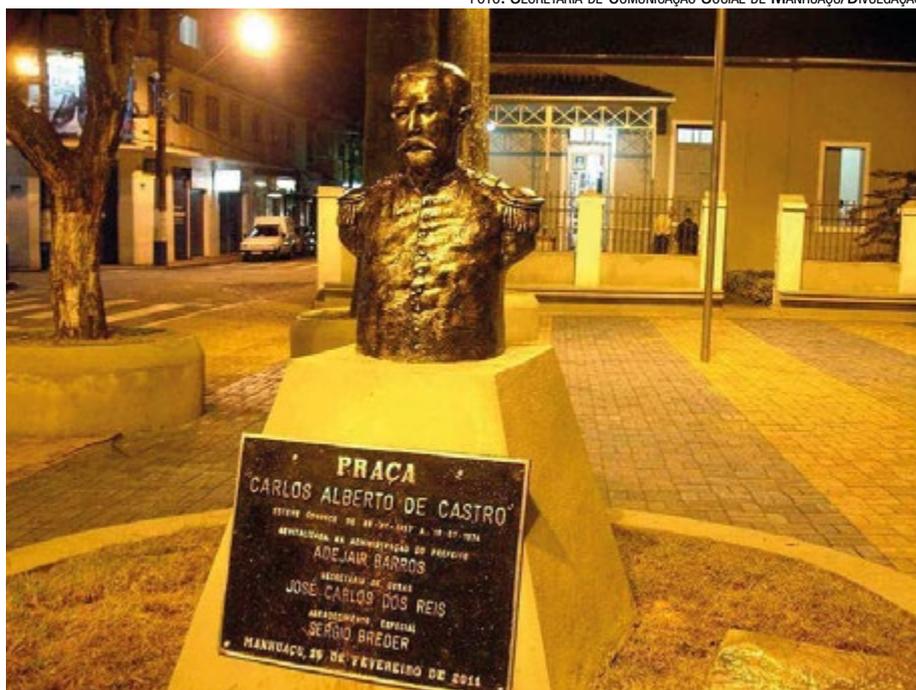
O coronel Serafim Tibúrcio da Costa faleceu em 19 de novembro de 1919, de causas naturais, aos 68 anos, em Espera Feliz, a cerca de 70 quilômetros de Manhuaçu. O caixão foi transportado por trem de ferro e, jornais da época, registram que o cortejo foi acompanhado por um grande número de pessoas.

Em 1977, ano do centenário de Manhuaçu, foi esculpido um busto em homenagem à memória do coronel, mas a obra ficou guardada durante muito tempo aos cuidados da Casa de Cultura.

Há alguns anos, o busto foi instalado na Praça Carlos Alberto de Castro, entre a Avenida Salime Nacif e a Rua Capitão Luiz Quintino de Souza, próximo ao Palácio da Cultura e à EE Antônio Wellerson, e lá permanece.

Atualmente, a Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Manhuaçu, juntamente com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, prepara o inventário para tombar como patrimônio histórico o busto do ex-chefe do Executivo Municipal. Também no Bairro Coqueiro, está situado a rua que recebeu o nome do coronel, segundo informações da Secretaria de Comunicação Social de Manhuaçu.

FOTO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE MANHUAÇU/DIVULGAÇÃO



Busto do coronel Serafim foi instalado na Praça Carlos Alberto de Castro

Fonte: www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/11/19/interna_gerais,1323790/um-pais-dentro-de-minas-a-historia-da-republica-de-manhuassu.shtml

Missa do Galo

O galo com seu canto, anuncia o nascer do sol.

Os pagãos viam este canto como um agradecimento ao deus-sol, pelo seu surgimento após longos e difíceis períodos de inverno.

A expressão “Missa do Galo” é específica dos países latinos e deriva de uma lenda ancestral segundo a qual a meia noite do dia 24 de dezembro, um galo teria cantado fortemente anunciando a vinda do Messias. Outra explicação é de origem espanhola que narra que antes das 12 badaladas do relógio, no dia 24 de dezembro, os lavradores de Toledo, na Espanha, sacrificaram um galo em memória ao que cantou quando Pedro negou três vezes a Jesus e aí estes galos eram levados para a Igreja, abençoados e oferecidos aos pobres, como prenúncio de fartas colheitas. Segundo outras versões, nos primórdios do cristianismo, os cristãos, em peregrinação a Belém, encontravam-se para rezar na hora do primeiro canto do galo, também na noite de 24 de dezembro. Conta-se também que a explicação da origem expressão “Missa do galo” é de que como a missa do natal, na noite do dia 24 é muito pomposa, muito demorada, acaba muito tarde e aí quando as pessoas estão voltando para casa, os galos já estão cantando.

Porém seja qual for a explicação, o que sabemos é que ela foi instituída no século V, após o “ Concílio de Éfeso” (431 d. C.) simbolizando o nascimento de Jesus, representando: vigilância, fidelidade, testemunho.

Monsenhor José Roberto Devellard, do Rio de Janeiro, comenta que esta origem tem como fato: “Jesus – sol nascente, vindo clarear nossa escuridão”. Por isso que desde a antiguidade as igrejas são ornamentadas e iluminadas com pavios de azeite, tochas, lamparinas. Na tradição católica cristã, todas as velas do advento devem ficar acesas durante a “Missa do galo” em vigília, com cânticos, fé e orações.

Durante a missa, ao entrar na igreja, a curiosidade maior de todos os féis é visitar o presépio onde o “Menino” será colocado após meia noite, para ser louvado e beijado por todos. E na alegria do evento religioso fazer seus pedidos, agradecimentos, sejam com lágrimas, sorrisos, ofertas e orações.

Tradicionalmente após este momento, as famílias se dirigem para seus lares para a confraternização natalina. Em São Tiago,

esta noite sempre foi muito especial Monsenhor Eloi sempre celebrou esta missa com muito carinho, entusiasmo com início à meia noite com belos sermões e ritos religiosos. Após a festiva celebração nossas ruas ficavam mais desertas; praças vazias, poucos carros rodando, bares fechados, nem som ligado em local público, somente movimento nas residências. Estas sim, todas iluminadas, portas, portões e janelas abertas; entra e sai de vizinhos, partilha de pratos decorados, troca de presentes, mimos, preces, louvores, família em volta do presépio,



pisca-pisca acesso nas árvores, nas varandas. Salas, cozinhas e quintais com extensa mesa com toalhas alvas, engomadas com “caldo de polvilho” para a ocasião, rodeados de bancos e cadeiras.

Antes da missa, as iguarias mais demoradas já ficavam prontas esperando os últimos requintes da cebolinha com salsa. As compotas de doce com seus coloridos especiais em vasilhas transparentes completavam aquele banquete. Era realmente um festival de cores, cheiros e sabores. De vez em quando, alguém se arriscava a vestir-se a indumentária do papai Noel. Neste momento de troca de mimos, abraços, sorrisos, partilhas, todos dirigiam para o presépio para colocar a imagem do Menino-Deus para ser tocada, beijada, venerada.

Ao amanhecer as crianças felizes procurando em seus sapatos algum presente deixado pelo Papai Noel nas janelas ou atrás da porta. Momento único, mesclando magia, felicidade e encantamento. De manhãzinha saíam para as calçadas, brincando com vizinhos, no passeio de suas casas, com seus presentes novos.

Nesta noite não tínhamos pressa para dormir. Galo cantava, estrelas brilhavam, dia clareava e nós crianças, querendo “eternizar” aqueles momentos. Aos poucos, familiares, vizinhos iam saindo a pé, com seus embrulhinhos de guloseimas e marmitinhas de algum petisco. Hora de despedidas, todos se recolhiam felizes, iluminados por aquela “santa missa do galo” participada, vivenciada em ação de graças pela confraternização e pelo evento mais importante do ano: comemoração do nascimento do Menino Jesus.

Maria Elena Caputo de Castro
Professora-Psicóloga

